



THAÍS MARIA DE OLIVEIRA

**GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO E OS OBJETIVOS
DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CULTURA COMO
DIMENSÃO DE SUSTENTABILIDADE NA MICRORREGIÃO DE
PRESIDENTE KUBITSCHKE NA SERRA DO ESPINHAÇO/MG**

**LAVRAS-MG
2017**

THAÍS MARIA DE OLIVEIRA

**GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO E OS OBJETIVOS DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CULTURA COMO DIMENSÃO DE
SUSTENTABILIDADE NA MICRORREGIÃO DE PRESIDENTE KUBITSCHEK NA
SERRA DO ESPINHAÇO/MG**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do curso de Administração Pública para a obtenção do título de Bacharel.

Prof. Dr. José de Arimatéia Dias Valadão

Orientador

LAVRAS-MG

2017

THAÍS MARIA DE OLIVEIRA

**GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO E OS OBJETIVOS DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CULTURA COMO DIMENSÃO DE
SUSTENTABILIDADE NA MICRORREGIÃO DE PRESIDENTE KUBITSCHEK NA
SERRA DO ESPINHAÇO/MG**

**INTEGRATED MANAGEMENT OF THE TERRITORY AND THE OBJECTIVES
OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT: CULTURE AS A SUSTAINABILITY
DIMENSION IN MICROREGION OF PRESIDENTE KUBITSCHEK IN SERRA DO
ESPINHAÇO / MG**

Monografia apresentada à Universidade Federal
de Lavras como parte das exigências do curso de
Administração Pública para a obtenção do título
de Bacharel.

APROVADA em 03 de agosto de 2017.

Prof. Dr. José de Arimatéia Dias Valadão (UFLA)

Prof. Dr. José Roberto Pereira (UFLA)

Prof. Dr. José de Arimatéia Dias Valadão

Orientador

LAVRAS-MG

2017

À minha família que com todo amor me apoiou em todas as etapas do trabalho, me dando forças para que eu o concluísse. Agradeço imensamente por serem meu ponto de força e refúgio.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter sido meu suporte espiritual nessa longa jornada. Nem sempre os dias foram fáceis, devido a distância, a solidão, os problemas, as responsabilidades e as decepções, mas sempre encontrei forças em Deus para que tudo hoje fosse possível.

Meus eternos agradecimentos aos meus pais e aos meus irmãos, que acreditaram na minha capacidade e confiaram suas expectativas aos meus estudos. Além do carinho e do amor diário, o conhecimento e a oportunidade de estudar na UFLA é o melhor presente que vocês me deram, é algo que certamente me engrandece e que vou carregar comigo durante a vida toda. Obrigada pela confiança e pelo apoio. O amor de vocês sempre tornou tudo mais feliz.

Agradeço aos meus amigos de longa data e os aqui conquistados, que durante anos foram meu suporte e minha família Lavrense, me conferindo amor, companheirismo e aprendizados diários. Especialmente a minha prima Vanessa Cintra, que nessa etapa final sempre se mostrou disposta a me ajudar na realização do trabalho.

Meus agradecimentos ao meu orientador José de Arimatéia Dias Valadão, por todo apoio, paciência e dedicação ao me orientar na elaboração do trabalho. Seus conhecimentos foram de extrema importância e ajuda. Agradeço também os colaboradores do Projeto de Gestão Integrada do Território ao qual participei, que me deram várias contribuições e auxílio.

Agradeço aos demais professores que me orientaram desde o início da minha formação, especialmente aos docentes da UFLA e do curso de Administração Pública, responsáveis por me transmitir significativos conhecimentos. Mais do que formação profissional, seus ensinamentos me engrandeceram como pessoa. Dedico todo meu carinho e agradecimento ao curso de Administração Pública, que me tornou mais sensível e humana me ensinando o valor da empatia pelo próximo, me fazendo consciente do verdadeiro valor social.

É com muita alegria que encerro essa etapa amando profundamente tudo que construí até aqui. À todos vocês que fizeram parte disso, meu **MUITO OBRIGADA!**

RESUMO

A Serra do Espinhaço, situada no estado de Minas Gerais, foi reconhecida recentemente como reserva de Biosfera pela UNESCO. As constantes transformações sofridas no planeta ao longo das décadas trouxeram em cena a questão da preocupação pela reformulação de ações que otimizem a busca pelo crescimento aliada a conservação do meio ambiente, principalmente em áreas como a Serra do Espinhaço. O presente estudo se concentra na Gestão Integrada de Território (GIT), conjuntamente às ações que fazem parte do Projeto Plantando o Futuro, coordenado pelo Instituto Espinhaço com o auxílio de parcerias locais. Esse estudo objetivou caracterizar a GIT através de um resgate histórico de como está sendo trabalhado a sustentabilidade da região. A pesquisa seguiu um caráter exploratório, e como método, optou-se pela elaboração do resgate histórico do Espinhaço, onde buscou-se reconhecer os aspectos econômicos, sociais e ambientais, através de história oral e grupos focais realizados com representações locais da região. Os resultados foram obtidos através da análise de conteúdo do material coletado, onde constatou-se que o resgate do aspecto cultural da GIT na região é a questão chave para o desenvolvimento e fortalecimento desse território, pois, historicamente, a visão ofuscada com relação a importância da preservação cultural pelos moradores, acarretou no incorreto uso de suas matérias primas, o que gerou um desequilibrado crescimento econômico em detrimento do bem-estar das sociedades e a preservação ambiental. Além disso, é possível afirmar que a GIT é capaz de gerar transformações na identidade cultural dos moradores desse local, onde esse resgate norteará novas formas de crescimento, que atenderão novos hábitos para o desenvolvimento socioeconômico aliado ao bom uso dos recursos naturais na Serra do Espinhaço.

Palavras chave: Gestão Integrada do Território, Desenvolvimento, Serra do Espinhaço.

ABSTRACT

The Serra do Espinhaço, located in the state of Minas Gerais, was recently recognized as a Biosphere Reserve by UNESCO. The constant transformations suffered in the planet over the decades, in a matter of concern for the reform of actions that optimize the search for allied growth, a conservation of the environment, mainly in areas such as Serra do Espinhaço. The present study focuses on Integrated Territory Management (GIT), jointly with the actions of the Planting the Future Project, coordinated by the Instituto Espinhaço with the help of local partnerships. This study aimed to characterize a GIT through a historical rescue of how it is being worked on the sustainability of the region. The research followed an exploratory and as a method, where it was tried to recognize the economic, social and environmental aspects, through oral history and focus groups realized with local representations of the region. . The results were obtained through content analysis of the collected material, where it was verified that the rescue of the cultural aspect of the GIT in the region is something important for the development and strengthening of the territory, because, historically, an overshadowed vision regarding the preservation Cultural by residents, resulted in the incorrect use of its raw materials, which generated an unbalanced economic growth to the detriment of the welfare of societies and environmental preservation. In addition, it is possible to watch a GIT is capable of generating transformations in the cultural identity of the residents of this place, where this rescue will guide new forms of growth, which meet new habits for socioeconomic development combined with the good use of natural resources in the Serra do Espinhaço .

Key words: Integrated Management of the Territory, development, Serra do Espinhaço.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1	O Desenvolvimento Sustentável	9
2.2	O Desenvolvimento e o surgimento da Gestão Integrada do Território.....	11
2.3	A Gestão Integrada de Território (GIT).....	13
2.4	A Cultura em GIT.....	17
3	MATERIAL E MÉTODOS.....	20
3.1	Coleta de Dados.....	21
3.2	Métodos de Coleta de Dados.....	22
3.3	Análise de Dados.....	27
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	29
4.1	A Serra do Espinhaço.....	29
4.2	A Sustentabilidade Dentro da Serra do Espinhaço.....	32
4.2.1	A sociedade.....	32
4.2.2	A economia.....	37
4.2.3	O meio ambiente.....	40
4.3	A relação entre a Sustentabilidade e a Cultura dentro da Serra do Espinhaço.....	43
4.3.1	A GIT como resgate da cultura territorial.....	46
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

A partir, principalmente da década de 1960, a preocupação com as gerações futuras e o rumo que o planeta vinha seguindo em termos de transformações, tecnologia e aceleração de mercado, trouxe em cena a discussão quanto aos caminhos e atitudes que a humanidade precisava seguir para a melhoria da preservação ambiental, a fim de reduzir os impactos decorrentes desse processo. Com isso, questões relacionadas ao meio ambiente foram surgindo, e com elas os debates que levaram a comunidade internacional a caminhar rumo a busca de soluções, o que gerou o surgimento de novas visões de gestão e desenvolvimento.

A principal visão que se acentuou a partir desse período, foi a de desenvolvimento sustentável. Uma compreensão mais evidente dessa nova perspectiva de desenvolvimento ocorreu na Conferência de Estocolmo em 1972, cujo lema era “Uma Terra Só“, onde se acentuou a análise mundial para as questões ecológicas e sociais simultaneamente, momento o qual foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Após esse marco inicial relevante para a compreensão de sustentabilidade, o período dos anos de 1980 fora marcado por uma reavaliação do pensamento sobre o desenvolvimento industrial e causas que levaram aos problemas sociais gerados até o momento. Dessas reflexões iniciou-se uma conceituação mais evidente de desenvolvimento sustentável, que foi concretizado de fato em 1987, quando Gro Harlem Brundtland, na época presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, expôs para a Assembléia Geral da ONU o Relatório de Brundtland denominado “Nosso Futuro Comum” (SOUZA; DELPUPO, 2013).

Barbosa (2008) evidencia que o contexto de desenvolvimento sustentável perpassa as linhas da preocupação ambiental, uma vez que afeta a área social e depende da boa administração dos setores econômico, político e legal. Esse modelo de desenvolvimento é visto como um compromisso firmado mundialmente para a preservação e boa utilização dos recursos naturais. Planejamento sustentável, nesse sentido, não deve ser eficiente somente para a conservação de recursos e bom desenvolvimento dos aspectos sociais, políticos econômicos e ambientais para as gerações futuras, mas também para a boa manutenção de vida e bem-estar presente (BARBOSA, 2008).

As discussões que se acentuaram nessas décadas, foram realizadas principalmente no sentido de cada vez mais estabelecer propostas que fossem capazes de minimizar mundialmente os impactos ambientais. Nesse sentido, 20 anos após a conferência de Estocolmo, em julho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra, evento que marcou o reconhecimento da importância do desenvolvimento sustentável pela comunidade política internacional (OLIVEIRA, 2012).

A partir da Rio 92, iniciou-se o delineamento de propostas e documentos que garantissem o desenvolvimento socioeconômico, aliado ao correto uso de recursos naturais. Essa visão foi se incorporando cada vez mais nas agendas governamentais em vários países do mundo, como forma de garantir a permanência de recursos para uso futuro. Um importante resultado da Rio-92 foi ela ser o primeiro passo para as nações estabelecerem alternativas concretas de proteção ambiental, como forma de estabelecer a conciliação das medidas econômicas com a necessidade de garantir sustentabilidade futura para as próximas gerações (JACOBI, 1999).

Nos anos 2000, através da Cúpula do Milênio, 189 países reunidos pela Organização das Nações Unidas estabeleceram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), derivados da Declaração do Milênio, seus cumprimentos tiveram duração limite programada para o ano de 2015. Essas proposições visaram metas que mitigassem até o ano proposto as dificuldades relacionadas a miséria das populações mais pobres do planeta, onde ficaram divididos em oito prioridades, sendo essas consideradas importantes para o alcance desse resultado (IPEA, 2010).

A mais recente conferência realizada que trata de assuntos sustentáveis foi a RIO+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu em 13 a 22 de junho de 2012 na cidade do Rio de Janeiro, vinte anos após a Rio-92, onde buscou-se por meio dela o reforço e a definição de uma agenda de metas referentes ao desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. O evento contou com a presença de 193 Chefes de Estado e de Governo dos países-membros das Nações Unidas. Os temas que nortearam as discussões da conferência foram pautados na economia verde, na conjuntura do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, assim como no estabelecimento do arcabouço institucional para o

desenvolvimento sustentável (RIO+20, 2011)¹. Nesse evento foram reafirmados os compromissos estabelecidos nas conferências anteriores, como no Relatório de Brundtland e Rio-92, bem como os esforços para que os ODM'S fossem alcançados com efetividade até o ano de 2015 (RELATÓRIO RIO +20, 2012). Segundo as Nações Unidas no Brasil (ONUBR, 2015)², outras iniciativas de âmbito global para a solução dos problemas acima apresentados também ocorreram recentemente, através de novas agendas, onde foi aprovada, no dia 25 de setembro de 2015, pela ONU e 193 países, a transição dos Objetivos do Milênio (ODM) para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essa transição se justifica pelos ODS's apresentarem um caráter mais amplo e inclusivo, onde essa nova agenda pretende erradicar a pobreza em todas as dimensões até o ano de 2030, trabalhando sobre as dimensões sociais, econômicas e ambientais de todas as nações.

No Brasil, o surgimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável teve seu início prático através da aplicação de normas para casos de poluição e zoneamento industrial de áreas críticas no país, através da Lei 6.803 de 02 de julho de 1980 (SOUZA; DELPUPO, 2013). Onde, posteriormente, ao surgimento dessa lei, foi dada a criação da Política Nacional do Meio Ambiente, que teve como centro a avaliação dos impactos ambientais, visando o sentido de preservação ecológica (BRASIL, 1981)³. A partir desse momento, o país passou a discutir novas formas de se promover o desenvolvimento sustentável, visando também melhorias quanto a vida da população. Desses esforços, segundo (MALHEIROS; PHILIPPI; COUTINHO, 2008) a agenda 21 brasileira, derivada da agenda 21 global, foi considerada o principal instrumento de planejamento norteador desse desenvolvimento. Lançada em 2002, essa agenda entrou em fase de implementação no país sendo um documento proveniente de um processo participativo, sendo considerado um plano nacional de desenvolvimento voltado a

¹ CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Sobre a Rio +20. Comitê Nacional de Organização Rio+20, 2011. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html> . Acesso em: 13 Julho. 2016.

² NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **PNUD explica transição dos Objetivos do Milênio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pnud-explica-transicao-dos-objetivos-do-milenio-aos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>>Unic Rio, dez 2015. Acesso em: 14 Julho 2016.

³ Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981.

sustentabilidade, e um importante instrumento para a consolidação da democracia participativa e da cidadania do país.

Com essa agenda, pretendeu-se enraizar na sociedade mudanças voltadas para o pensamento sustentável, dando um caráter mais concreto ao tema, através de planos e metas definidos. Nota-se, a partir desses esforços, que o Brasil passou a buscar iniciativas sustentáveis para a minimização de seus problemas socioambientais, porém, muito ainda precisa ser discutido para o alcance de modelos que possam mitigar os problemas existentes no país, de acordo com as peculiaridades em torno de sua economia, sociedade e meio ambiente. Sendo necessário considerar que nos últimos anos têm havido uma deterioração das políticas mitigadoras dos problemas ambientais no País. Segundo Mello e Toni (2013), a agenda de sustentabilidade adotada pelo Brasil ainda é vista com desinteresse por parte da maioria da sociedade, e, apesar do país adotar uma ordem jurídica ambiental de sustentabilidade e instrumentos de proteção, há muito o que ser elaborado em termos de planejamento e ações que atendam a um modelo de desenvolvimento sustentável.

No Brasil, várias discussões teóricas sinalizam a existência de focos de desenvolvimento econômico socialmente injustos e ambientalmente insustentáveis, justificados por uma visão restrita de desenvolvimento pautada sobretudo no crescimento econômico. Essa visão, agride o bem-estar social e os ecossistemas, prejudicando também a cultura e os valores do território onde essas cadeias produtivas realizam suas atividades (PORTO; MILANEZ, 2009). Limitando-se ao contexto do Estado de Minas Gerais, as dificuldades se encontram, sobretudo, por esse Estado apresentar diversas realidades regionais, onde a distribuição do PIB e de empregos são desiguais. Além disso, o desenvolvimento econômico e a ocupação do território são bastante heterogêneos, onde há ainda grandes divergências nas atividades produtivas. O território mineiro passou durante anos por um grande desordenamento populacional, sendo os fluxos migratórios concentrados e direcionados para os grandes centros (FONSECA, 2017).

Motivados por esses fatores, é considerável o estabelecimento de novos modelos de gestão que venham a minimizar problemas no território mineiro, principalmente em áreas ecologicamente importantes que guardam em si parte da cultura e riqueza do Estado.

A Serra do Espinhaço/MG é um território situado na região central do Estado, onde percorre uma extensa área de aproximadamente 1.000 quilômetros de extensão. Essa área é reconhecida como uma importante região brasileira, onde abriga uma vasta biodiversidade natural, como fauna, flora e nascentes como as dos Rios São Francisco, Doce e Jequitinhonha (IMAGINOSFERA, 2016). Atualmente vem como um grande campo para pesquisas no que tange a preservação e o desenvolvimento sustentável, por ser parte de uma localidade que ainda preserva riquezas naturais, sociais, culturais e históricas. Através de articulações locais devido sua grande influencia ambiental, foi reconhecida no ano de 2005 pela UNESCO como Reserva de Biosfera (PEREIRA; GONTIJO; ABREU, 2015). Esse reconhecimento se deu principalmente após a criação do Instituto Espinhaço, organização não governamental que realiza trabalhos voltados ao desenvolvimento socioambiental da região (INSTITUTO DO ESPINHAÇO, 2014).

Buscando a ampliação para o atendimento dessas propostas, considerando que o modelo de sustentabilidade baseado no tripé economia, sociedade e ambiente carece atualmente de uma nova adequação às reais necessidades dos territórios e sua população, surge na área acadêmica um novo modelo de gestão denominado Gestão Integrada de Território (GIT), sendo estudado, principalmente, por Luiz Oosterbeek e Ingelore Scheunemann, e utilizado em regiões como a de Mação e do Médio Tejo, em Portugal. Segundo Oosterbeek (2012), essa proposta consiste na integração de esforços entre sociedade, administração pública e iniciativa privada, com o objetivo de gerar qualidade de vida, desenvolvimento econômico, preservação ambiental e cultural em um determinado território. Aliados a esses esforços, a GIT também estimula a participação social, colocando-a como essencial para a promoção do bem-estar e desenvolvimento, uma vez que articula economia, trabalho, comunidade e ciência, fortalecendo o processo de crescimento local (SCHEUNEMANN, 2012).

A GIT é apresentada por setores da ONU e UNESCO como uma alternativa para o alcance da agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos para 2030, sendo capaz de contribuir para a erradicação da pobreza, principalmente a extrema, meta essa considerada indispensável para o desenvolvimento sustentável. Através desse modelo, são estudadas as potencialidades, desafios e características de um território, dando profundidade ao estudo de sua população, formas de economia, atributos ambientais e patrimônio cultural, propondo a partir de ações integradas nessas áreas, alternativas de desenvolvimento sustentável.

Inicialmente, o debate sobre GIT na Serra do Espinhaço surgiu na localidade de Morro do Pilar MG, em 2013, através de discussões sobre o desenvolvimento socioeconômico da região posteriormente à proposta de entrada de uma empresa mineradora no município. A questão debatida era voltada para uma solução de desenvolvimento que garantisse a preservação das riquezas dessa área, de modo que o crescimento populacional e desenvolvimento econômico não prejudicassem o bem-estar social após a paralisação dessas atividades. Outro fator influenciador foi a localidade já apresentar relações com experiências internacionais de GIT. As definições para a implantação do modelo em Morro do Pilar foram concluídas através da realização do Seminário Internacional de Gestão Integrada do Território e Entendimento Global para o Desenvolvimento Sustentável ocorrido em 2014, onde foram assinados protocolos de intenções que marcaram o início das atividades de GIT no território do Espinhaço, e sinalizaram esforços voltados a sustentabilidade na região.

Dentre os programas de sustentabilidade trabalhados na região atualmente, destaca-se o “*Plantando o Futuro - Semeando Florestas, Colhendo Águas na Serra do Espinhaço*”, cuja proposta surgiu do programa “*Plantando o Futuro*”, desenvolvido pelo Governo de Minas, em articulação com o Instituto espinhaço. O objetivo desse programa na Serra do Espinhaço é contribuir para conservação da biodiversidade, além de fomentar o desenvolvimento econômico sustentável do ponto de vista sociocultural e ecológico da região. Para isso, a primeira atividade a ser desenvolvida por ele é o plantio de 30 milhões de árvores, que servirão de base para a preservação de matas nativas do território, bem como a recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas degradadas em Minas Gerais, até 2018 (INSTITUTO DO ESPINHAÇO, 2016)⁴. Dessa forma, esse programa surge como integrador de esforços de todas as esferas públicas, através de iniciativas que são capazes de promover bem-estar social e novas alternativas de crescimento futuros para a região. Através dessa mobilização, também foram realizadas articulações sobre propostas de ações para além das já programadas pelo programa, onde o Instituto Espinhaço em parceria com a Universidade Federal de Lavras propôs o início de um projeto piloto de GIT na região, e o acompanhamento desse através de pesquisas.

⁴ INSTITUTO ESPINHAÇO (org). Plantando o Futuro: Semeando florestas, colhendo água na Serra do Espinhaço. Disponível em: <http://www.institutoespinhaco.org.br/o-que-fazemos/plantando-o-futuro/>. Acesso em: 17 Julho 2016.

Visando a grande extensão da Serra do Espinhaço que abrange 53 municípios, a execução do projeto foi subdividida pelo programa em 5 núcleos, orientados por suas localizações geográficas, sendo eles: Região Norte (Núcleo Diamantina), Região Central (Núcleo Gouveia), Região Centro-Sul (Núcleo Conceição do Mato Dentro), Região Sudeste (Núcleo Caeté), Região Sul (Núcleo Ouro Preto). O início da implantação prevista para 2016 contemplaria as regiões Central e Sudeste, sendo as demais em 2017. Portanto, para a realização do presente trabalho, a escolha da região Central (Núcleo Gouveia) se deu estrategicamente, pois, as propostas do projeto Plantando o Futuro ainda não haviam sido iniciadas, possibilitando, assim, o acompanhamento da implantação e execução do projeto dentro dessa localidade. No núcleo Gouveia concentra-se treze municípios, sendo eles: Alvorada de Minas, Congonhas do Norte, Datas, Dom Joaquim, Martelândia, Monjolos, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek, Sabinópolis, Santo Antônio do Itambé, Santo Hipólito, Serra Azul de Minas e Serro. Contudo, visando um melhor acompanhamento metodológico, dentre esses, se destacaram para a pesquisa os municípios de Congonhas do Norte, Datas, Gouveia, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek e Serro. A escolha se justifica por essa ser uma microrregião onde o poder público se mostrou receptivo às propostas apresentadas, pois atualmente passam pelos mesmos problemas ambientais relacionados a seca. Além de possuírem proximidade geográfica e facilidade de deslocamento, tornando possível a consecução de dois encontros no Município de Presidente Kubitschek, de onde resultaram os dados da pesquisa.

Em face do exposto, a justificativa do trabalho se dá em razão da Gestão Integrada de Território ser um tema recente no meio acadêmico, principalmente no contexto brasileiro. Portanto, destaca-se a importância de estudos futuros que aprofundem a compreensão desse modelo de gestão. Valendo-se do conceito de Sustentabilidade como sendo o *Triple Bottom Line* (TBL) - economia, sociedade e meio ambiente (ISENMANN; BEY; WELTER, 2007) e da Gestão Integrada de Território, como um novo modelo que integra a cultura a esse tripé, colocando-a como seu elemento principal e elo de inter-relação entre os demais. Desse modo, o presente trabalho propõe discutir a seguinte pergunta de pesquisa: Como os aspectos culturais definidos pela Gestão Integrada do Território se inter-relacionam com os aspectos de sustentabilidade na micro região de Presidente Kubitschek na Serra do Espinhaço/MG?

Com a finalidade de responder o problema de pesquisa proposto, o presente trabalho objetiva analisar a formação histórica da microrregião de Presidente Kubistchek situada na Serra do Espinhaço, a fim de identificar elementos norteadores da Gestão Integrada de Território, em especial a cultura, formados nessa região.

A presente monografia, além da introdução, está estruturada em outras cinco seções, sendo elas: o referencial teórico, que discorre sobre a literatura e os construtos sobre o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada do Território, ressaltando seu surgimento, premissas e ordenamentos; os procedimentos metodológicos, demonstrando a coordenação da pesquisa, o processos metodológicos para a coleta de dados, as especificações dos participantes, e o processo como foi feita a análise dos dados obtidos; os resultados e discussões, que retomam a caracterização da região da Serra do Espinhaço e sua trajetória histórica, a relação entre as atividades territoriais do local com a GIT, além do diagnóstico sobre os procedimentos de gestão da região e; a última seção, sendo as considerações finais, onde é abordada a conclusão sobre o estudo, através de uma síntese que apresenta o alcance dos objetivos e impasses encontrados na pesquisa, a fim de apresentar contribuições que possibilitem estudos futuros sobre o tema apresentado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O desenvolvimento Sustentável

A Sustentabilidade, tema das principais Conferências sobre o Meio ambiente, foi amplamente divulgada pela primeira vez em 1987, na Assembleia Geral da ONU, através do Relatório de Brundtland denominado, “Nosso Futuro Comum”. Nesse momento, seu conceito ficou difundido como “[...] aquele que atende as necessidades do presente, sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (CMMAD,1991, p. 46). Através desse relatório, ficaram evidentes questões de cunho social, como a pobreza e o sentido de equidade, onde a segunda foi considerada como indispensável, pois segundo o documento, o desenvolvimento só é garantido se vier acompanhado do bem-estar, qualidade de vida e oportunidades de crescimento para as pessoas (CMMAD, 1991). Temáticas como os elementos que compõem o “tripé da sustentabilidade” – economia, sociedade e meio ambiente -, também foram definidas como sendo as áreas a serem trabalhadas para o alcance dos objetivos sustentáveis. A partir desse momento, o mundo passou a enxergar com outros olhos as questões sobre degradação e perspectivas para o futuro ambiental.

A partir disso, estudiosos passaram a investigar o tema, com discussões acerca dos desafios, causas, e soluções que permeiam a sustentabilidade. Como um dos principais autores, Ignacy Sachs se tornou referência nos debates em torno do desenvolvimento sustentável. Para Sachs, o ecodesenvolvimento se dá pelo conjunto do desenvolvimento social e questões ambientais. Em sua obra “*Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*”, o autor defende que desde os primórdios, a sociedade depende da natureza para sua sobrevivência, e que o desenvolvimento pode ser obtido sem o comprometimento dos meios ambientais, como é demonstrado na passagem,

O uso produtivo não necessariamente precisa prejudicar o meio ambiente ou destruir a diversidade, se tivermos consciência de que todas as nossas atividades econômicas estão solidamente fincadas no ambiente natural. (SACHS, 2002, p. 32)

Sachs salienta que os sistemas de produção devem se adequar aos preceitos do desenvolvimento sustentável. Para isso, defende os estudos da biomassa (alimentos, suprimentos, plantas medicinais, combustíveis fósseis) pelas áreas de ciência e tecnologia, considerando o conhecimento dos povos ancestrais e as maneiras criativas e alternativas de se trabalhar as matérias primas naturais como elementos importantes

para o alcance das premissas sustentáveis. Para o autor, o problema não é retroceder o progresso que a humanidade alcançou, mas sim, gerar condições a essas novas formas de lidar com o meio ambiente através dos conhecimentos passados adquiridos (SACHS, 2002). Diante disso, Sachs (2002, p. 85-89) divide o desenvolvimento sustentável em 8 classificações que dimensionam seu planejamento (FIGURA 1), sendo elas,

Figura 1: Dimensões Da Sustentabilidade Segundo Sachs

CLASSIFICAÇÃO	DEFINIÇÃO
Social	Que se refere ao alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, com distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
Cultural	Referente a mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação), capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas) e autoconfiança, combinada com abertura para o mundo.
Ecológica	Relacionada à preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis.
Ambiental	Trata-se de respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
Territorial	Refere-se a configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público), melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.
Política (Nacional)	Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social.
Política (Internacional)	Baseada na eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, [...] no controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais. Prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter <i>commodity</i> da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Fonte: Sachs (2002, p. 85-89).

Essas dimensões são resultado de uma nova proposta de desenvolvimento, vista pelo autor como um método alternativo, onde ele coloca a importância de modelos locais fundamentados em tecnologias apropriadas, principalmente em zonas rurais, a fim de reduzir a sujeição técnica e cultural (JACOBI, 1999). Através dessas considerações, Sachs reforça por meio de seus estudos, que o alcance da sustentabilidade se dá através da valorização dos costumes e saberes presentes em um território, e que a gestão dos recursos naturais deve se dar através de uma visão aprofundada dos problemas sociais encontrados territorialmente.

A visão sobre as classificações e o conceito de sustentabilidade advindo da capacidade de adaptação dos ecossistemas em detrimento ao consumo humano, é

contrariada pela definição de Schumacher (CMMAD, 1991), que define o termo sustentabilidade como o uso dos recursos de forma racional, considerando assim essa divisão somente entre o tripé, economia, sociedade e meio ambiente. Já, segundo a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1991), o Desenvolvimento Sustentável está atrelado principalmente a conservação dos recursos naturais para a realização de atividades produtivas e ao histórico de crescimento dos municípios. Onde estabeleceram como sendo sustentáveis, mediante esses aspectos, os seguintes objetivos: O atendimento das necessidades essenciais às pessoas; Qualidade para o crescimento; Desenvolvimento Renovável; Conservação de recursos naturais; População em níveis sustentáveis; Novas Diretrizes para o gerenciamento de risco e tecnologias; Novas Diretrizes para os vínculos econômicos internacionais. Desse modo, nota-se que a questão do planejamento urbano e as condições nas cidades referentes a qualidade de vida e oportunidades, são alternativas sustentáveis capazes de minimizar problemas sociais como a questão da pobreza e a superpopulação.

Em seu livro intitulado *“Desenvolvimento Sustentável: o desafio para o século XXI”*, José Eli da Veiga, define o conceito de Desenvolvimento Sustentável como algo que ainda não foi resolvido, mas que mesmo assim, pode ser analisado. Para o autor, esse conceito é uma ilusão criada para o século XXI, mas, ele defende a busca de outras alternativas científicas que substituam o modelo atual de desenvolvimento (VEIGA, 2005).

Dadas as definições, infere-se que a sustentabilidade não é um objetivo específico a se chegar, e sim, uma construção a partir de estratégias em diversas áreas que se integram para se desenvolver. Nesse sentido, um território sustentavelmente desenvolvido é aquele que promove o bem-estar social visando sua produtividade e conservação do seu ecossistema.

2.2 O Desenvolvimento e o surgimento da Gestão Integrada do Território

O Desenvolvimento, durante anos, foi alvo de pesquisas por estudiosos como Karl Marx (1867), Thomas Malthus (1798) e Adam Smith (1776), que o colocam como sendo o elemento principal pelo qual o sistema capitalista se estabelece. Para se alcançar o desenvolvimento, é necessário que exista como base planejamento e gestão. Desse modo, classicamente definido por Henry Fayol (1990), o conceito de gestão está

relacionado com a administração, o planejamento, o controle e a liderança utilizados para o alcance de determinados objetivos.

A Noção de Desenvolvimento Sustentável, tem sua discussão mais abrangente no âmbito das Organizações das Nações Unidas (ONU), como pauta da conferência RIO 92. Porém, anteriormente, Thomas Malthus em uma de suas obras já apresentava relatos que remetiam à preocupação com a acelerada globalização e a falta de controle de produção, sinalizando para o surgimento da noção de desequilíbrio ambiental, onde, segundo o autor,

A potência da população é infinitamente maior do que a potência da terra na produção de subsistência para o homem. A população quando não controlada cresce a uma taxa geométrica. A subsistência só cresce a uma taxa aritmética. Um ligeiro conhecimento dos números mostrará a imensidão da primeira em relação a segunda (MALTHUS, 1983, p. 132).

Malthus na época de seu relato não contava com a capacidade tecnológica de produção em grande escala que o capitalismo proporcionou. Porém, infere-se através de seus estudos, que a medida em que a população cresce e fortalece a demanda, a tendência de degradação do ambiente para a produção é certa e inevitável. Diante disso, surge a necessidade de aliar práticas de sustentabilidade ao crescimento econômico, afim de assegurar que o progresso não afete o ciclo de vida dos recursos naturais. Portanto, o desenvolvimento sustentável é criado da necessidade em atender os interesses dos desenvolvimentistas em conformidade com a preservação ambiental, a fim de que esses gerem bem-estar social.

Durante a conferência da RIO-92, intitulada Cúpula da Terra pela de Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, foram firmados importantes tratados que visavam estabelecer um limite entre o crescimento econômico e a degradação ambiental. Esses tratados buscavam estabelecer um equilíbrio que garantisse a segurança dos recursos ambientais para as futuras gerações. Dentre as ações estabelecidas, destaca-se a Agenda 21 que “constitui um poderoso instrumento para reinterpretar o conceito de progresso, promovendo, além de quantidade, a qualidade do crescimento” (ANDRADE, 2012, p. 9). Vindo essa a ser considerada um importante acordo a ser implementado nos anos posteriores.

De modo geral, o Brasil sofreu constantes mudanças no que tange ao crescimento econômico e o desenvolvimento, isso se abrangendo à todas as esferas, passando desde a superação de grandes crises econômicas, até a diminuição da pobreza e distribuição de renda. Tudo isso conferiu ao país um passo à frente com relação à questão dos avanços dos indicadores sociais. O setor industrial foi um dos que mais se destacou na economia brasileira, passando também por diversas modificações. Ao articular a demanda, dentre outros contextos, a Conferência de Rio +20 trouxe uma maior visibilidade para o setor, ampliando as necessidades sobre a legislação social, ambiental, e utilização de matérias primas para a produção. Essa visibilidade resultou em uma maior eficiência em termos de novas governanças e diálogos com o poder público e a sociedade (MELLO; TONI, 2013). Essas novas formas de governança contribuíram para novas maneiras de se pensar o desenvolvimento. A incorporação desses valores sugere pensar globalmente e agir localmente, trazendo a importância um modelo que combine esforços da administração pública, do setor privado e da comunidade, através de tecnologias integradas que promovam o desenvolvimento territorial.

Os contratos assumidos pelas conferencias internacionais de desenvolvimento e sustentabilidade, estabeleceram desafios futuros a serem enfrentados, trazendo um possível caminho para a mitigação dos problemas ambientais. Após vários esforços da Organização das Nações Unidas (ONU) para debates sobre o tema, e poucos objetivos alcançados em termos de ações sustentáveis, a situação levou a diferentes indagações sobre novas estratégias de desenvolvimento desse tema. Devido isso, a partir da Rio +20 surgiram articulações no âmbito da Comissão para a Conferência Internacional das Humanidades (2017), que levaram a criação do modelo de desenvolvimento sustentável denominado de Gestão Integrada de território (GIT), com ênfase nos estudos dos professores Luiz Oosterbeek e Ingelore Scheunemann. Modelo esse que está em curso em regiões como as de Mação em Portugal, e que passou a ser iniciado também na região de Morro do Pilar/MG, no Brasil, em dezembro de 2014.

2.3 A Gestão Integrada de Território (GIT)

O conceito de GIT se inter-relaciona com o conceito de sustentabilidade já apresentado, e com os conceitos de gestão, território e integração, sendo esses elementos importantes para sua compreensão. Nesse modelo, entende-se como gestão, o

ato de administrar o território a partir de seus elementos e dinâmicas sociais, sendo que esse carece de organização para a adequação de seu desenvolvimento. Já a característica denominada integrada se dá por essa gestão reconhecer a interdependência dos diversos componentes territoriais, onde defende que o tripé da sustentabilidade deve ser trabalhado de forma simultânea (GODARD, 1997). A Gestão Integrada de Território é assim o entendimento da sociedade a partir do meio em que ela vive, fazendo-a parte do entendimento de seus recursos, limites e possibilidades. O reconhecimento das dificuldades também é parte importante para o planejamento territorial, sendo possível estabelecer elaborações econômicas e diferentes abordagens.

Esse modelo, de acordo com estudos apresentados na área por Oosterbeek e Scheunemann, se beneficia da logística como forma de reconhecer e trabalhar o território através de outras concepções. De acordo com Oosterbeek, historicamente, a sociedade trata os elementos sociais, ambientais, econômicos e culturais de forma isoladas, não resultando numa solução efetiva para os problemas. Através dessa concepção, o autor salienta que

Num ciclo de crise sistêmica global, todas as atenções se tendem a concentrar em apenas um dos seus vetores: ora o financeiro, ora o social, ora o ambiental, algumas vezes o econômico, raras vezes o cultural...E todas essas atenções vão se deslocando de um para outro à medida em que se desiludem e constataam que não há soluções setoriais (OOSTERBEEK, 2013 p. 24).

Essa passagem mostra a importância desenvolvimentista de um modelo que alia e trabalha os diversos elementos territoriais, pois, o território possui uma concentração multidisciplinar. Ainda segundo Oosterbeek (2012, p. 39), essa concentração envolve “conhecimento científico (ciências naturais e exatas, bem como ciências sociais e humanas), as necessidades pragmáticas (indo desde o ato de comer até a necessidade de habitação) e as estratégias de logística (envolvendo a questão do equilíbrio humano ambiental global)”. Visto isso, esse GIT passa a ser uma nova proposta de gestão territorial, que tem seus esforços “através de um conjunto de ferramentas que promovem a diversidade e a integração cultural ao equilíbrio da geração de riquezas, manutenção dos recursos naturais, e qualidade de vida para a população, partindo da identificação dos dilemas que cruzam a busca de soluções para o território e as comunidades” (MOTTA; NUNES, 2015, p. 183).

O modelo apresentado visa, através de formas alternativas de gestão, a valorização dos aspectos identitários de cada região, de modo a permitir o desenvolvimento territorial e a aplicação da sustentabilidade de forma planejada e trabalhada. Essa concepção de sustentabilidade se tornou o foco principal de novos modelos que promovem o desenvolvimento aliados aos objetivos econômicos, ambientais e sociais.

Segundo Scheunemann (2012, p. 48), “[...] as convenções internacionais e as leis de proteção ao meio ambiente foram emitidas como resposta aos cenários econômico, social e ambiental, como forma de conter maiores danos naturais, visando a qualidade de vida das gerações futuras”. Através desses esforços, pode-se identificar como as necessidades mundiais estão voltadas a questão de alternativas viáveis ao desenvolvimento, conferindo importância aos novos modelos de gestão, onde a GIT aparece como um caminho para o alcance dessa premissa.

Como característica relevante desse modelo de gestão, destaca-se a importância da participação da sociedade através de iniciativas e diálogos, em busca do bem-estar e desenvolvimento, uma vez que o conhecimento é a porta que dissemina a cultura das regiões (SCHEUNEMANN, 2012). Esse envolvimento de integração entre economia, trabalho, comunidade e ciência, fortalece o processo de desenvolvimento local, visto que “o desenvolvimento local não tem sucesso de forma unilateral, com base em um ou outro modelo econômico. A Sustentabilidade deve contar com uma abordagem multissetorial e respeitar a diversidade que é encontrada” (SCHEUNEMANN, 2012, p. 50).

A diferenciação entre a Gestão Integrada do Território e o tripé da sustentabilidade se dá devido a primeira valer-se do arcabouço cultural territorial como forma de buscar novas soluções para a mitigação dos problemas. Oosterbeek (2013) defende a necessidade de se estabelecer a integração entre esses diversos elementos, pois segundo ele,

Não é possível construir ilhas de sustentabilidade, pois sendo global a economia, a sustentabilidade só pode ser assegurada em grandes escalas, que articulem planejamento socioeconômico e estratégias ecológicas (MICARELLI 2002) num fluxo complexo que designamos por Gestão Integrada do Território (GIT) (OOSTERBEEK, 2013 p. 14035).

Visto isso, a cultura segundo esse modelo, precisa ser trazida para as principais discussões de desenvolvimento, e incorporada como um dos fatores essenciais para o alcance desse objetivo. Ainda segundo o autor, é necessário “manter a atenção sobre os focos tradicionais (as artes e o patrimônio), mas voltando a ligá-la à economia e à dinâmica social “(OOSTERBECK, 2013, p. 25).

Segundo essas considerações, entende-se por Gestão integrada de Território como sendo um modelo que busca a integração dos diferentes elementos territoriais, organizando-os em torno das dinâmicas sociais e culturais, a fim de promover o crescimento sustentável através de uma nova perspectiva de gestão.

Esse modelo vem sendo implantado no Brasil através do Instituto BioAtlântica (IBio) em parceria europeia com o Instituto Politécnico de Tomar (IPT). Ele conta com princípios que norteiam projetos sociais, econômicos e ambientais que se inserem no ramo da sustentabilidade e das práticas que envolvem os recursos humanos. Segundo (VALE, 2009 apud MOTTA; NUNES, 2015, p. 184), os princípios da GIT são:

- A natureza das dinâmicas humanas e ambientais comporta contradições, implica escolhas e consequências, por vezes irreversíveis, e se confronta com dilemas e não apenas com problemas;
- Em consequência, a GIT implica uma abordagem interdisciplinar e participativa, sob pena de ser redutora e potencializar conflitos sociais e desequilíbrios ambientais;
- O elemento central da GIT é a formação de capital humano e o combate à alienação;
- A criação, junto do ensino superior, de estruturas de parceria que articulem municípios, empresas, ONGs, ensino e formação, é um instrumento indispensável;
- Na economia importa pensar a sociedade, na administração importa pensar a razão cultura, na cultura é fundamental pensar a economia. Em síntese, em cada área é essencial envolver, na sua gestão, equipes multidisciplinares, tecnicamente sólidas, mas não monolíticas.

De acordo com seus princípios, a GIT faz uma transição de pensamentos sobre como seus elementos serão trabalhados, apoiados em uma abordagem participativa e integradora de esforços de todas as esferas sociais. Para isso, faz-se necessário a análise

do território em que o modelo se aplica. Assim, a cultura entra como uma ferramenta que possibilita esse reconhecimento, sendo importante aprofundar discussões sobre esse elemento.

2.4 A Cultura em GIT

Cultura é “ o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social ” (BOSI; CAPINHA, 1992, p. 16)

Na gestão integrada de Território a cultura é representada pelo resultado entre as interações socioeconômicas de um ambiente. Como define Oosterbeek, há no território três elementos que regem seu funcionamento, sendo eles, a logística, a economia e a sociedade. A junção desses três fatores determinará o funcionamento territorial, onde os objetivos dos elementos são apresentados pelo autor.

A logística tem como objetivo a ligação entre as necessidades humanas com os recursos, baseadas nas percepções do território. A economia é a estrutura de logística, no sentido em que articula os agentes humanos, recursos, mecanismos de transporte, comunicação e outras técnicas no âmbito dos territórios em crescimento. A sociedade é a estrutura de organização da economia e o ambiente é o contexto que engloba tudo. E as culturas são a forma como cada comunidade articula sua logística socioeconômica. (OOSTERBEEK, 2012, p.38)

Nota-se a partir da passagem que a cultura em GIT é o elo central que rege a articulação da dinâmica territorial. Nesse sentido, ela é a definição de tudo que foi gerado localmente, o que permite resgate do contexto histórico social, econômico e ambiental.

Dentro do elemento cultura encontra-se o patrimônio cultural, que pode ser definido como a “representação simbólica das identidades dos grupos humanos, isto é, um emblema da comunidade que reforça identidades, promove solidariedade, cria limites sociais, encobre diferenças internas e conflitos e constrói imagens da comunidade” (CRUCES, 1998 p. 85 apud PEREIRO, 2006 p. 23). Durante os últimos anos, esse elemento tem recebido uma maior atenção pelas agendas políticas, sociais e científicas do mundo, devido a diversidade cultural e a pluralidade de valores que concentra (CARVALHO, 2012). Ainda segundo o autor, “[...] o valor cognitivo ou de memória sugere que o patrimônio tem a qualidade de configurar a memória ou imaginário coletivo, e portanto, pode atuar como elemento gerador da imagem e da

identidade territorial” (CARVALHO, 2012, p. 15). Existe assim, quatro tipos de patrimônios culturais, sendo eles:

Patrimônios Materiais: Que são os bens tangíveis, constituídos de obras arquitetônicas, esculturas, pinturas, vestígios arqueológicos e demais elementos com valor histórico, artístico e científico.

Patrimônios Imateriais: Que são bens intangíveis, constituídos pelas formas de expressão e padrões de comportamento, modos de criar, fazer e viver, incluindo a gastronomia, a religião, os ritos, a música, a dança, as festas, as manifestações literárias, e os conhecimentos artísticos, científicos e técnicos.

Patrimônios Vivos: São pessoas ou grupos que detenham conhecimento ou técnica necessária para a produção e preservação de aspectos da cultura popular e tradicional.

Patrimônio Natural: Os bens relativos ao meio ambiente e que podem ser classificados como culturais a partir do seu relacionamento com a sociedade. Eles são as florestas, matas, córregos d’água, lagoas, mangues, dunas, serras, e todos os seres vivos, animais e vegetais em que nesses ecossistemas habitam (CBH SÃO FRANCISCO, 2014)⁵.

Através desses patrimônios, a cultura integra e resgata todos os conhecimentos territoriais, como coloca Oosterbeek em sua definição,

O Patrimônio Cultural incorpora os bens materiais e imateriais e valoriza as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações (artísticas, científicas e tecnológicas), as obras objetos e documentos, e ainda os conjuntos urbanos e sítios de valor históricos, paisagístico, artístico, arqueológico, etc. (OOSTERBEECK, 2013, p. 23).

Nesse sentido, a preservação desse elemento é importante, pois permite o reconhecimento das potencialidades locais, podendo valer-se desses para benefícios presentes, influenciando também a replicação de práticas de conservação futuras, remetendo a ideia de sustentabilidade. A cultura em GIT é o arcabouço de informações que possibilita a compreensão das diversas dinâmicas sociais e características particulares de cada área. Ela possibilita melhor tomada de decisão, considerando a diversidade existente dentro de cada território e entre diversos territórios, se

⁵ CBH São Francisco (org). Patrimônio Cultural: O que é, e os tipos. Belo Horizonte, 11 setembro 2014. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/patrimonio-cultural-o-que-e-e-os-tipos/>>. Acessado em: 10 agosto 2016.

comparados. Essa relação entre economia, sociedade e cultura de várias regiões cria espaços geoeconômicos que interagem entre si, onde segundo Lorentzen (2012),

Cada vez mais, as empresas e os gestores públicos terão de identificar com o maior grau de precisão as diversas cadeias produtivas e culturais do território e as possibilidades de investimento capazes de viabilizar o desenvolvimento regional integrado, seja em nome de um projeto local ou, até mesmo, de abrangência nacional (LORENTZEN, 2012, p. 22).

Segundo San Martín (2012, apud LORETZEN, 2012, p. 21), essas definições, na maioria das vezes, ultrapassam os limites geopolíticos, tornando-se um desafio quanto a identificação dos cenários para a tomada de decisão. Nesse sentido, a identificação das cadeias culturais dentro de um território é difícil, porém, se bem executadas, são capazes de expandir seus limites dando forma a desenvolvimento amplo e integrador.

Trabalhar territórios envolve uma série de estudos sobre suas vertentes, devido seu caráter de concentração multidisciplinar, que envolve “conhecimento científico (ciências naturais e exatas, bem como ciências sociais e humanas), as necessidades pragmáticas (desde a necessidade de comer até a de habitação) e as estratégias de logística (envolvendo a questão do equilíbrio humano ambiental global)” (OOSTERBEEK, 2012, p. 39). Esse caráter multidisciplinar implica o modelo de Gestão Integrada de Território, a trabalhar o atendimento à sociedade a partir do meio em que ela vive, fazendo-a parte do entendimento de seus recursos, limites e possibilidades. Visto isso, a cultura é parte importante para o planejamento territorial em GIT, onde, as análises socioculturais fortalecem o estabelecimento de estratégias desenvolvimentistas voltadas as características e necessidades de cada região.

3.0 MATERIAL E MÉTODOS

Com o objetivo de analisar como os aspectos culturais presentes na Gestão Integrada de Território, proposto dentro dos parâmetros estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), se inter-relaciona com os aspectos de sustentabilidade em locais específicos, a pesquisa será realizada na extensão da micro região de Presidente Kubistchek, na Serra do Espinhaço em Minas Gerais, optando-se por uma abordagem qualitativa. Onde, Segundo Creswell (2010), é caracterizada como

Aquela em que o investigador sempre faz alegações de conhecimento com base principalmente em perspectivas construtivistas (ou seja, significados múltiplos das experiências individuais, significados social e historicamente construídos, com o objetivo de desenvolver uma teoria ou um padrão) ou em perspectivas reivindicatórias/participatórias (ou seja, políticas, orientadas para a questão ou colaborativas, orientadas para a mudança) ou em ambas. Ela também usa estratégias de investigação como narrativas, fenomenologias, etnografias, estudos baseados em teoria ou estudos de teoria embasada na realidade. O pesquisador coleta dados emergentes abertos com o objetivo principal de desenvolver temas a partir dos dados (CRESWELL, 2010, p. 35).

A presente pesquisa é exploratória, que é definida, segundo Gil (2008, p. 27), como sendo capaz de “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Esse tipo de pesquisa tem por finalidade aproximar, em uma visão geral, o indivíduo ao fato estudado. Também apresenta características de estudo de caso, que de acordo com Zanella (2009, p. 86) essa pesquisa “[...] é aquela que aborda com profundidade um ou poucos objetos de pesquisa, procurando conhecer a realidade de uma pessoa, de um grupo de pessoas ou de uma ou mais organizações”.

Quanto ao objeto de estudo, esse consiste a região da Serra do Espinhaço, especificamente a região central, como forma da GIT auxiliar o projeto coordenado pelo Instituto Espinhaço denominado “*Plantando o Futuro – Semeando florestas, colhendo águas na Serra do Espinhaço*”, cujo objetivo é o plantio de 30 milhões de árvores na região da Serra até o ano de 2018. Como o programa é dividido através de um cronograma estipulado pelo Instituto, sendo cinco núcleos: Região Norte (Núcleo Diamantina), Região Central (Núcleo Gouveia), Região Centro-Sul (Núcleo Conceição do Mato Dentro), Região Sudeste (Núcleo Caeté), Região Sul (Núcleo

Ouro Preto), onde a implantação do projeto nas regiões Central e Sudeste estavam previstas para 2016 e as demais para 2017, a escolha da região Central (Núcleo Gouveia) se deu estrategicamente, considerando que as propostas do projeto Plantando o Futuro ainda não haviam sido iniciadas, possibilitando assim o acompanhamento da implantação e execução do projeto dentro dessa localidade.

Devido a extensa área e o grande número de municípios que compõe a região Central da Serra do Espinhaço, visando a facilitação do acompanhamento metodológico da pesquisa, dos treze municípios dessa área: Alvorada de Minas, Congonhas do Norte, Datas, Dom Joaquim, Martelândia, Monjolos, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek, Sabinópolis, Santo Antônio do Itambé, Santo Hipólito, Serra Azul de Minas e Serro, foi definida uma microrregião que compõe os municípios de Congonhas do Norte, Datas, Gouveia, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek e Serro. Essa escolha também considera a proximidade entre os municípios para a realização das atividades, bem como seus problemas em comum relacionados a seca. A soluções desses problemas, é o objetivo principal que alia o envolvimento do Projeto Plantando o futuro aos preceitos do Poder Público desses municípios.

Quanto as atividades, na cidade de Presidente Kubitschek foram sucedidos dois encontros que envolveram debates sobre os temas do Projeto e a GIT, onde estavam presentes diversos atores municipais de Congonhas do Norte, Datas, Gouveia, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek e Serro. Sendo a escolha do município de Presidente Kubitschek justificada, devido ao apoio e a receptividade do poder local, além dessa área ser de fácil acesso aos demais municípios.

3.1 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada através de fontes primárias, onde as informações foram obtidas em forma de entrevistas individuais com três representantes do Instituto Espinhaço e um representante da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), e através de cinco grupos focais com foco na Gestão Integrada de Território. Diversos representantes da microrregião participaram das propostas definidas para a pesquisa. Ambas as coletas aconteceram na cidade de Presidente Kubitschek em dois eventos denominados *“Plantando o Futuro com Gestão Integrada de Território: Propostas para o Entendimento Global a partir de Ações Locais, visando os Objetivos*

do Desenvolvimento Sustentável”, realizados pela UFLA através de um grupo de pesquisa orientada na área, em parceria com o Instituto Espinhaço.

3.2 Métodos de coleta de dados

No evento foram realizadas entrevistas individuais com três profissionais que atuam no Instituto Espinhaço, e um atuante na Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (CODEMIG), instituição parceira do Instituto na coordenação do projeto plantando o Futuro. Na presente pesquisa, foi utilizado o método de entrevista semiestruturada, modelo esse que abre mão de uma estrutura de coleta pré-determinada, onde “[...] pode-se conservar a padronização das perguntas sem impor opções de respostas” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 187), de modo que ao realizar os questionamentos, o entrevistador obtenha diferentes ganhos através de respostas elaboradas pelo próprio entrevistado, tornando mais evidente sua vivência e pensamento sobre os fatos relatados (LAVILLE; DIONNE, 1999). Na pesquisa em questão, procurou-se obter informações sobre o tema estudado, Gestão Integrada do Território, através de uma estruturação de perguntas que procurou obter informações acerca da trajetória histórica da microrregião, o envolvimento dos cidadãos desses municípios com suas respectivas gestões públicas, a relação entre as instituições e território, bem como toda dinâmica territorial do local.

Através das respostas obtidas nas entrevistas, foi utilizada a análise de história oral da região através dos conceitos de GIT. Esse instrumento se caracteriza por um método de pesquisa que utiliza de entrevistas e relatos de experiências humanas para a produção de conhecimento histórico sobre territórios e sociedades, onde, segundo Alberti (1990, apud SILVA, 1998, p. 118), é um

Método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método de história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas, etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (SILVA, 1998, p. 118).

Abaixo consta a relação de participantes entrevistados na presente pesquisa (QUADRO 1).

Quadro 1: Descrição dos entrevistados

ENTREVISTAS				
Entrevistados	Escolaridade	Área de formação	Município	Entidade
Participante 1 (P1-E)	Superior Completo	Economista	Belo Horizonte	CODEMIG
Participante 2 (P2-E)	Superior Completo	Ambientalista	Conceição do Mato Dentro	Instituto Espinhaço
Participante 3 (P3-E)	Superior Completo	Engenheiro	Conceição do Mato Dentro	Instituto Espinhaço
Participante 4 (P4-E)	Superior Completo	Administrador	Conceição do Mato Dentro	Instituto Espinhaço

Fonte: Do autor (2016)

A escolha desses profissionais tem relação com o trabalho que desempenham através do Instituto Espinhaço e a CODEMIG. Ambos são parceiros na coordenação do projeto Plantando o Futuro e possuem grande conhecimento sobre o território da Serra do Espinhaço. Além da aptidão como gestores para responder perguntas acerca do conceito de Gestão Integrada de Território, levando em consideração suas experiências na área. Na pesquisa também foram coletados dados a partir de cinco grupos focais realizados no mesmo evento, onde, grupo focal, segundo Morgan (1997), é um método de pesquisa que faz a coleta de dados através da interação entre grupos, colocando como centro da discussão um tópico especial sugerido pelo responsável pela pesquisa. Como técnica, define a junção da observação participante do pesquisador aliada a profundidade da entrevista.

Entre os participantes do grupo, buscou-se os atores da microrregião de Presidente Kubitscheck pertencentes ao poder legislativo, executivo, judiciário, associações entidades sociais, órgãos públicos locais e sociedade civil, compondo assim grupos diversificados e heterogêneos. Tais grupos foram planejados de maneira com que os participantes pudessem se complementar dentro das falas uns dos outros, de forma a permitir reconhecer as experiências territoriais de cada um individualmente, bem como a formação das inter-relações dos mesmos nesse território.

Como base para a coleta de informações, foi utilizado um roteiro de perguntas visando a reconstrução histórica da região voltada a teoria da Gestão Integrada de

Território. Anterior a aplicação das perguntas, foi demonstrado aos participantes os objetivos do programa Plantando o futuro, a importância da participação dos atores nesse projeto, a relação do homem com a natureza através de seus avanços econômicos e impactos ambientais e sociais, bem como a contextualização da GIT. Nos grupos focais, em primeiro momento, as perguntas foram voltadas ao reconhecimento da história região, suas atividades produtivas, e as relações existentes entre os moradores e o território, como forma de entender a trajetória da dinâmica social local. Em segundo momento, buscou-se identificar através das respostas as potencialidades do território. Ao final, foi atribuído a um munícipe de cada uma das cidades da microrregião o título de representante da população, afim de que esse possa representar através da GIT os interesses de sua comunidade.

Foi realizado quatro grupos focais no primeiro dia, e um grupo focal no segundo dia. Ambos os grupos foram divididos em no mínimo cinco e no máximo dez participantes. Nos grupos focais em questão, cada grupo contou com a presença dos participantes e um mediador, que encarregou-se de repassar as mesmas orientações e perguntas por grupo, objetivando trazer comprometimento e concordância entre eles, bem como impôs limites para quaisquer conflitos que ultrapassasse a intenção dos debates. A duração da coleta de dados através dos grupos focais se restringiu ao mínimo de trinta minutos e máximo de duas horas, sendo realizados simultaneamente, onde as falas dos participantes foram registradas em áudios para posterior transcrição, respeitando a autorização de todos os envolvidos. Segue abaixo a descrição dos participantes dos quatro grupos focais realizados no primeiro encontro, (QUADROS 2, 3, 4 e 5)

Quadro 2: Membros do Grupo Focal 1 (GF1) do 1º Encontro

Membros	Escolaridade	Entidade	Area de Atuação	Município
Mediador	Formação com Doutorado	UFLA	Docente	Lavras
Participante 1 P1-GF1	Cursando ensino superior	Municipe	Associação Comunitária de Raiz	Presidente Kubitschek
Participante 2 P2-GF1	Pós Graduação	Instituto Espinhaço	Diretor administrativo	Conceição do Mato Dentro
Participante 3 P3-GF1	Cursando ensino superior	UFLA	Estudante	Lavras
Participante 4 P4-GF1	Sem Identificação	Sindicato dos Agricultores	Presidente	Datas
Participante 5 P5-GF1	Sem Identificação	Prefeitura Municipal	Secretaria de Agricultura	Serro
Participante 6 P6-GF1	Sem Identificação	Prefeitura Municipal	Secretaria do Meio Ambiente - Gestora	Serro
Participante 7 P7-GF1	Sem Identificação	Sindicato dos Agricultores	Auxiliar de escritório	Presidente Kubitschek

Fonte: Do Autor (2016).

Quadro 3: Membros do Grupo Focal 2 (GF2) do 1º Encontro

Membros	Escolaridade	Entidade	Area de atuação	Município
Mediador	Cursando Mestrado	UFLA	Estudante	Lavras
Participante 1 P1-GF2	1º Grau	Prefeitura Municipal	Secretaria de agricultura	Presidente Kubistchek
Participante 2 P2-GF2	2º Grau	Prefeitura Municipal	Diretor Adjunto Desenvolvimento Social	Presidente Kubistchek
Participante 3 P3-GF2	7º - Fundamental	Câmara Municipal	Cargo Legislativo - Vereador	Presidente Kubistchek
Participante 4 P4-GF2	Técnico Completo	Banco Nordeste	Agente de Crédito	Presidente Kubistchek
Participante 5 P5-GF2	Técnico Completo	Prefeitura Municipal	Chefe da divisão de meio ambiente	Serro
Participante 6 P6-GF2	Superior Completo	Instituto Espinhaço	Diretor Financeiro	Conceição do Mato Dentro
Participante 7 P7-GF2	3º - Fundamental	Municipe	Produtor Rural	Presidente Kubistchek
Participante 8 P8-GF2	Sem identificação	Prefeitura	Sem Identificação	Congonhas do Norte
Participante 9 P9-GF2	Superior Completo	Prefeitura	Prefeito	Presidente Kubistchek

Fonte: Do Autor (2016).

Quadro 4: Membros do Grupo Focal 3 (GF3) do 1º Encontro

Membros	Escolaridade	Entidade	Área de Atuação	Município
Mediador	Cursando ensino Superior	UFLA	Estudante	Lavras
Participante 1 P1-GF3	4º ano - fundamental	Município – Comunidade Raiz	Aposentado	Presidente Kubistchek
Participante 2 P2-GF3	8º ano – fundamental	Município – Comunidade Raiz	Estudante	Presidente Kubistchek
Participante 3 P3-GF3	4º ano - fundamental	Município	Produtor Rural	Presidente Kubistchek
Participante 4 P4-GF3	5º ano - fundamental	Município	Artesã - Raiz	Presidente Kubistchek
Participante 5 P5-GF3	Sem Identificação	Município	Artesã - Raiz	Presidente Kubistchek
Participante 6 P6-GF3	Curso Técnico em andamento	Prefeitura Municipal	Diretora de Meio Ambiente	Presidente Kubistchek

Fonte: Do Autor (2016).

Quadro 5: Membros do Grupo Focal 4 (GF4) do 1º Encontro

Membros	Escolaridade	Entidade	Área de Atuação	Município
Mediador	Superior Completo	UFLA - Egresso	Estudante	Lavras
Participante 1 P1-GF4	Sem Identificação	Sem Identificação	Sem Identificação	Presidente Kubitschek
Participante 2 P2-GF4	Sem Identificação	Município – Comunidade Raiz	Estudante	Presidente Kubitschek
Participante 3 P3-GF4	Sem Identificação	Município	Sem Identificação	Presidente Kubitschek
Participante 4 P4-GF4	Superior Completo	CODEMIG	Coordenador de Projetos	Belo Horizonte
Participante 5 P5-GF4	Sem Identificação	Sindicato dos Trabalhadores	Sem identificação	Congonhas do Norte

Fonte: Do Autor (2016).

No segundo encontro, como forma de revalidação do que foi apresentado no primeiro encontro, foi realizado um grupo focal, no qual foram retomados os mesmos assuntos abordados no encontro anterior, a fim de identificar possíveis mudanças por parte dos participantes da região. As descrições dos participantes se encontram no seguinte quadro.

Quadro 6: Membros do Grupo Focal 5 (GF5) do 2º Encontro

Membros	Escolaridade	Entidade	Área de Atuação	Município
Mediador	Cursando ensino Superior	UFLA	Estudante	Lavras
Participante 1 P1-GF5	Sem Identificação	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Sem Identificação	Congonhas do Norte
Participante 2 P2-GF5	Ensino Fundamental	Comunidade raiz	Sem Identificação	Presidente Kubistchek
Participante 3 P3-GF5	Ensino Fundamental	Comunidade Raiz	Sem Identificação	Presidente Kubistchek
Participante 4 P4-GF5	Superior Completo	Prefeitura Municipal	Sem Identificação	Serro
Participante 5 P5-GF5	Ensino Fundamental	Municípe	Sem Identificação	Presidente Kubistchek
Participante 6 P6-GF5	Sem Identificação	Prefeitura Municipal	Setor de Tributos	Presidente Kubistchek
Participante 7 P7-GF5	Sem Identificação	Prefeitura Municipal	Gestora do Setor de Saúde	Presidente Kubistchek

Fonte: Do Autor (2016).

Através da aplicação desse método, objetivou-se entender a construção histórica dos municípios e da região, as relações construídas entre seus atores e o território, e toda a diversidade econômica, social, ambiental e cultural formada.

3.3 Análise de dados

Após realizados esses processos, foram feitas as análises de dados, que segundo Gil (2008), consiste em reunir as informações adquiridas com a coleta e organizá-las afim de gerar respostas para o foco da investigação. Para essa análise, fez-se referencias as teorias apresentadas no referencial teórico, aliadas ao material adquirido com as experiências relatadas pelos atores e participantes do evento.

Na análise foram identificados cada participante pertencente a cada grupo, seja das entrevistas ou dos grupos focais, como descrito nos quadros apresentados na sessão anterior. Ambos os métodos foram gravados através de áudios e transcritos posteriormente. Essa alternativa permitiu maior identificação dos participantes e um melhor aproveitamento das discussões.

Com relação às discussões presentes no material, a análise de dados foi dividida segundo construtos, tanto para as 4 entrevistas, quanto para os 5 grupos focais. O método de transcrição permitiu que as informações ficassem em forma de documentos, tornando possível trabalhar com profundidade o que foi apresentado pelos participantes. Para a análise, o recolhimento das informações foi dividido através da categorização dos assuntos, sendo eles:

- Sociedade;
- Economia;
- Ambiente;
- Cultura.

Todos esses seguindo uma ordem cronológica de acontecimentos, que serão apresentados nos tópicos de discussão e resultados.

As informações recolhidas servem como base para estudos futuros na área de Gestão Integrada de Território, valendo-se também como resgate da trajetória histórica, de experiência e conhecimento sobre o território apresentado, servindo de contribuição para estudos acerca do desenvolvimento da região da Serra do Espinhaço MG.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Serra do Espinhaço

Conhecida através da história da colonização, e por suas diversidades naturais e paisagem exuberantes, a Serra do Espinhaço é localizada nas regiões de Minas Gerais e Bahia, sendo divisora da bacia hidrográfica do Rio São Francisco e de demais bacias do centro-leste do território brasileiro. A Serra percorre uma extensão de aproximadamente 1.000 quilômetros, sendo caracterizada como espinhaço devido sua forma longitudinal, semelhante a uma espinha, que corta Minas à Bahia, norte à sul, em linha quase reta (IMAGINOSFERA, 2016). Esse território agrupa uma das maiores formações de campos rupestres do Brasil, dando forma a uma das regiões de maior relevância para o país (GONTIJO; PEREIRA; ABREU, 2015). Além de oferecer uma beleza natural incomparável ao turismo, ela possui grandes recursos hídricos. Dentre as suas regiões mais visitadas estão: Serra dos Cristais, Chapada Diamantina, Serra do Cipó, Serra Geral e Serra de Ouro Branco (IMAGINOSFERA, 2016).

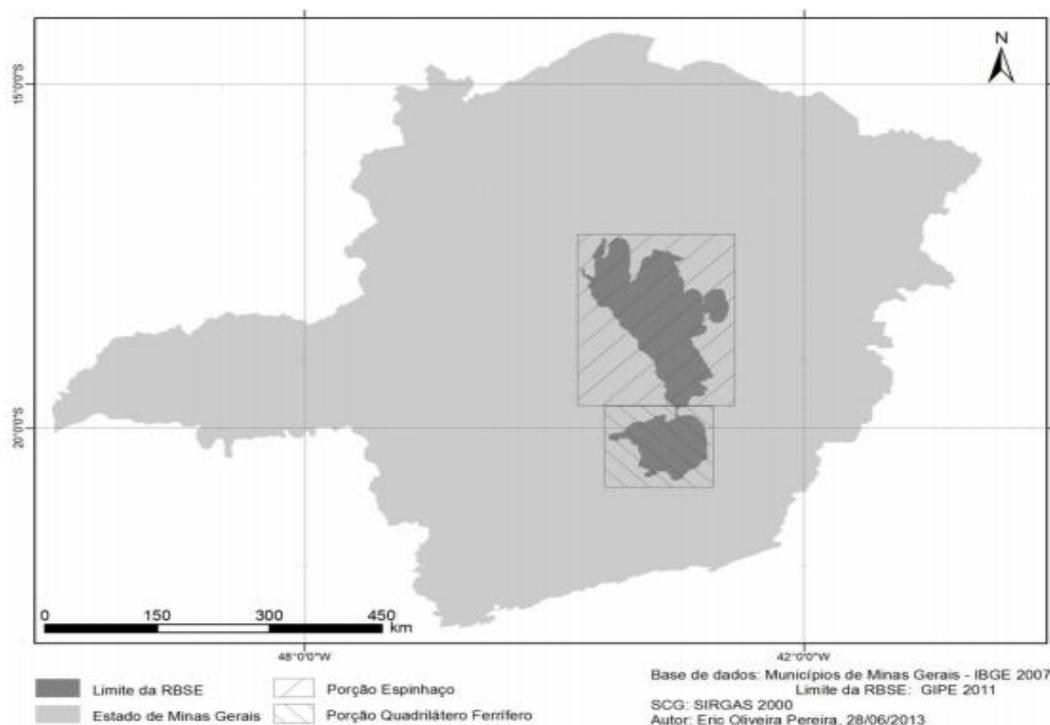
Essa região abriga várias espécies de fauna e flora, que em alguns casos só existem em sua extensão. Dentre as belezas naturais, a região também conta com 53 cidades localizadas em meio às suas terras, além de parques ecológicos, regiões de reservas ambientais e bacias hidrográficas (GONTIJO; PEREIRA; ABREU, 2015).

Em virtude dessa diversidade ecológica, mineral e ambiental, é que surge a preocupação quanto a preservação da região. Como definição desse território (COSTA et al., 1998 apud. GONTIJO, 2008) aponta a importância dada a toda cadeia ambiental do Espinhaço.

A Serra do Espinhaço, de notável relevância, destaca-se no cenário nacional e internacional, pois além de abrigar nascentes de diversos rios que drenam para diferentes bacias, constitui uma área ímpar no contexto mundial, no que se refere à formação geológica e florística. Apresenta extraordinário grau de endemismo de várias famílias de plantas e é considerada o centro de diversidade genética das sempre-vivas. Nela se concentram cerca de 80% de todas as espécies de sempre-vivas do país e cerca de 70% das espécies do planeta. A Serra abriga, ainda, 40% das espécies de plantas ameaçadas do Estado. Esses fatores, aliados à sua importância como eixo de migrações pré-históricas, justificam a recomendação de criação de uma Reserva da Biosfera que englobe todo o maciço do Espinhaço. Para viabilizar essa proposta, o Estado deverá requerer ao Programa “Man and Biosphere – MAB”, da UNESCO, a criação da reserva (COSTA et al., 1998 apud. GONTIJO, 2008 p. 13).

No período citado por Costa (1998), já era evidente a necessidade da criação de medidas que protegessem todo o ecossistema da Cordilheira do Espinhaço, bem como medidas que ajudassem a conter os problemas enfrentados pelas populações locais. Através do Programa de cooperação internacional intitulado (MaB – Man and the Biosphere) criado pela UNESCO, e do Comitê Brasileiro do Programa MaB (COBRAMAB), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, a Serra do Espinhaço foi reconhecida como Reserva de Biosfera (FIGURA 2) em 24 de junho de 2005 (ANDRADE; MARTINS; DOMINGUES, 2015), onde também teve criado o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Serra, em Minas Gerais, por meio do Decreto nº 44.281 de 25 de abril do ano de 2006.

Figura 2: Mapa da Reserva de Biosfera da Serra do Espinhaço



Fonte: PEREIRA; GONTIJO; ABREU, 2015.

A preservação do Espinhaço vem caminhando em passos curtos a partir de seu reconhecimento como Reserva de Biosfera. Embora mudanças já terem sido feitas, é necessário voltar maiores esforços a essa questão na região. Segundo as considerações de Carvalho (2012),

Por ser uma área de elevado grau de endemismo e de vegetação peculiar que protege importantes nascentes e mananciais de água, o Espinhaço tem merecido do governo mineiro atenção especial: apoio integral ao seu reconhecimento como Reserva da Biosfera pelo

Programa MaB-UNESCO e a criação e implantação de 17 UCs de proteção integral - parques e reservas biológicas - bem como de 36 UCs de uso sustentável. Desta forma 27% da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço se encontram protegidos, mas é preciso avançar cada vez mais no sentido de garantir a preservação do patrimônio natural e cultural da região⁶.

A partir das falas dos participantes das entrevistas realizadas, também observa-se a importância desse território. Para eles, a Serra é vista como um campo de pertencimento, onde destaca-se que ela norteou todo um processo de ocupação do território mineiro e baiano, sendo um emblema, não só geológico do Brasil, mas um emblema histórico, um emblema de pertencimento (P2-E).

Através das características apresentadas, evidencia-se a necessidade de um bom planejamento desse território. Buscando contribuir com a preservação ambiental e qualidade de vida dos cidadãos, e também a geração de sustentabilidade. Isso feito através da melhor utilização dos seus recursos como promoção de novos serviços e renda nas localidades.

Vale destacar que em unidades denominadas como reservas da biosfera, busca-se a conservação dos ecossistemas paralela a solução dos problemas das populações locais (GONTIJO; PEREIRA; ABREU, 2015). Sobre esses aspectos, as funções básicas das reservas de biosferas são:

- Contribuir para a conservação da biodiversidade, incluindo os ecossistemas, espécies e variedades, bem como as paisagens onde se inserem;
- Fomentar o desenvolvimento econômico que seja sustentável do ponto de vista sociocultural e ecológico;
- Criar condições logísticas para a efetivação de projetos demonstrativos para a produção e difusão do conhecimento e para a educação ambiental, bem como para as pesquisas científicas e o monitoramento nos campos da conservação e do desenvolvimento sustentável (GONTIJO; PEREIRA; ABREU, 2015).

A partir da evidenciação do grande campo ecológico e cultural que a Serra do Espinhaço representa, alinhados aos seus preceitos e funções básicas como reserva de

⁶ CARVALHO, J. C. In: **Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE)**. Megadiversidade: Serra do Espinhaço. [2012]. Disponível em <<http://rbse-unesco.blogspot.com.br/2011/02/megadiversidade.html>> Acessado em: 15 maio 2017.

biosfera, o estudo de GIT na localidade vem como um modelo possível de resgate do potencial histórico regional. Sendo capaz de criar esforços sobre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios, se atentando principalmente para as questões de preservação ambiental, priorizando seu conjunto cultural e histórico. E remetendo a garantia da qualidade de vida e participação de seus cidadãos na construção de um novo ambiente.

4.2 Sustentabilidade dentro da Serra do Espinhaço

O resgate histórico realizado na microrregião de Presidente Kubitscheck na Serra do Espinhaço MG revelou traços importantes sobre sua dinâmica territorial formada durante os anos anteriores a 1980 até os dias atuais. Sua sociedade, formada durante o extrativismo, passou por importantes mudanças envolvendo seu modo de pensar e agir dentro de seu território. Sua economia também apresentou um quadro de mudanças através do desempenho de diversas atividades. Predominantemente extrativista, hoje busca meios sustentáveis de crescimento.

Com relação ao meio ambiente, esse sofreu as consequências de sua história. O sentimento de individualismo e a carência de consciência sobre as necessidades das gerações futuras foram norteadores de práticas de degradação, que levaram ao esgotamento do meio natural da região. Isso foi consequência, principalmente, das práticas econômicas ali realizadas.

Atualmente, as comunidades dessa microrregião passam por problemas como a seca e escassez de matérias primas, além de dificuldades de articulação para a resolução desses problemas. Contudo, é possível identificar o início de uma transição de pensamentos voltados a necessidade de sustentabilidade regional. Como pontos positivos, também foi identificado elementos culturais relevantes no território, com grande representação identitária e forte potencial desenvolvimentista.

4.2.1 A sociedade

Entende-se a sociedade como um conjunto de indivíduos com interesses comuns, que se relacionam, impulsionados por motivações, ações e reações, através de comportamentos dentro de um território (SIMMEL, 2016). Nesse sentido, a sociedade é uma organização definida por indivíduos que seguem padrões de convivência em suas relações.

Pode-se entender por meio do conceito de sociedade, a importância da cooperação entre as pessoas para o alcance da transformação de um território. Uma sociedade voltada aos princípios do bem comum e participativa nas definições de sua gestão, é capaz de se mobilizar para o desenvolvimento de suas diferentes esferas, seja econômica, ambiental ou cultural. Portanto, é importante reconhecer as características sociais pertencentes a um território, como forma de identificar a construção das relações pessoais do local.

Através dos grupos focais, observou-se que durante a colonização as cidades que envolvem a Região da Serra do Espinhaço, em sua maioria, se originaram através da mineração. Esse fato, por anos provocou desgastes ambientais, recorrentes ainda hoje na região. Os primeiros povos chegaram através do garimpo, em sua maioria, escravos, que iam se abrigar por ali, dando origem a povoados que começaram suas primeiras relações como sociedade. Desse modo, o crescimento populacional se formou carente de ordenamento territorial. A partir de 1980 passaram a surgir outras ocupações profissionais na região, como a extração de minérios, carvoaria, agricultura, extração de areia e pecuária, resultando no crescimento das comunidades ali instaladas.

Na década de 1980, as comunidades possuíam um espírito de individualidade com relação às suas atividades e a preservação ambiental, não havia integralidade, nem a preocupação com o que as outras pessoas praticavam. Essas características foram bastante observadas principalmente através do GF-1. Por ser uma área abundante em matéria prima e riquezas naturais, a consciência quanto ao uso dos recursos era limitada à subsistência e a certeza da infinitude. Essas questões sociais afetavam diretamente a área ambiental.

Observou-se também que as sociedades formadas na Serra do Espinhaço eram mais articuladas anterior ao início de seu processo de “desenvolvimento”. As atividades econômicas desenvolvidas a partir desse período resultaram no distanciamento social e na degradação ambiental. Sendo as formas de vida anteriores consideradas pelos moradores como melhores que as atuais, como pode ser evidenciado pela passagem:

[...] Era mais ou menos anos 80. Era muito desmatado. Foi naquela época que começou os carvoeiro a funcionar. [...] Era muito desmatado. Isso mesmo foi acabando com tudo. Agora eu vou falar uma coisa, Kubitschek, essa cidade era boa antes de chegar o desenvolvimento. O desenvolvimento atrasou demais o lugar. Você

lembra de Kubitschek antes de inaugurar a luz, a luz chegou aqui em 84, era um lugar muito melhor (P1-GF2).

A partir das demais identificações, inferiu-se que o desgaste da região se intensificou com o início das atividades carvoeiras, ressaltando também a relação entre o garimpo e o desmatamento.

Durante vários anos, a mineração se destaca como sendo a atividade humana mais impactante nos contextos físicos dos territórios (COOKE & JOHNSON, 2000 apud GOMES et al., 2002). Juntamente a ela, cresceu na região estudada os impactos causados pelas carvoarias, cuja atividade foi impulsionada pela Siderurgia no país (GONÇALVES; MENDONÇA, 2007). Segundo observações sobre os grupos focais, notou-se que apesar de degradantes, essas atividades não eram vistas com maus olhos pela população da época, uma vez que eram base do sustento das comunidades.

A partir dessas atividades extrativistas, surgiu na região relações de interesses por parte de alguns atores sociais. As empresas de carvoaria, como forma de obter vantagens sobre os proprietários de terras da região, lhes apresentou as potencialidades de suas terras para a atividade. Nessa época, muitas terras foram vendidas para empresas, sendo as não vendidas utilizadas pelos proprietários para exploração de forma particular. Relatos apontam que nesse período foram desmatados cerca de 80% das matas nativas da região.

Em 1990, a situação permanece favorável às práticas como o consumo hídrico exacerbado, pecuária e utilização de materiais como o Capim Dourado, sem a devida preocupação com a sustentabilidade. O conflito de interesses identificado se estende durante anos na história da região. Essa atitude se torna, em partes, justificável para época, uma vez que os moradores daquele território não possuíam conhecimento sobre os desgastes ambientais, não havendo também instruções sobre suas atividades. Segundo os participantes, o crescimento populacional desordenado também foi um fator que afetou diretamente a região, sendo um dos principais responsáveis pelos problemas hoje enfrentados (GF-2).

A situação muda de percepção a partir de 2000, quando as comunidades começaram a sentir os problemas dos desgastes ambientais, principalmente na questão das águas, tema principal debatido em todos os grupos focais. Essa relação entre desmatamento e os recursos hídricos da região é o ponto crucial identificado. Segundo

destaque do participante 2, das entrevistas, a questão da água na Serra do Espinhaço tem se tornado um pilar muito forte a ser trabalhado, pois ela concentra em si parte do potencial ecológico local, o que reflete nas áreas econômicas e principalmente sociais do território.

Esse momento é considerado uma transição quanto a percepção da sociedade com relação aos seus problemas. A partir desse ponto, os diversos atores sociais começam a se mobilizar para reverter o quadro do desgaste ambiental perpetuado durante os anos. Essa mobilização leva ao surgimento do resgate das articulações sociais na região.

O poder público começou a atuar mais rigorosamente em alguns locais, como o município de Presidente Kubistchek de acordo com as leis de preservação, licenciamento ambiental e estruturação dos municípios através do ordenamento territorial. Já, em lugares como Congonhas do Norte, a questão do ordenamento foi considerada falha, pois, apesar de apresentar um código de controle, ainda não possui fiscalização, o que coloca muitas famílias em condições de moradia de risco (P8-GF2).

Sobre a região em seu sentido amplo, nota-se que os espaços de interesses políticos perpetuados durante anos estão sendo preenchidos por articulações entre a comunidade, prefeitura, e diversos órgãos (GF2; GF3). Passou a surgir no território diálogos entre órgãos públicos e comunidade, objetivando a questão do planejamento sustentável. Essas articulações sugerem, principalmente, a preservação das nascentes da região. Há relatos que o conhecimento a respeito do ordenamento territorial já está chegando no meio rural, visto que é nesse meio que se encontram as nascentes. Essas informações fazem com que os moradores tenham maior consciência sobre seus problemas. Porém, ressalta-se que é preciso maiores diálogos, principalmente quanto a questão da construção de poços artesianos. Pois, os participantes apontam que a falta de conhecimento na área para a construção desses poços contribuiu para a diminuição de recursos hídricos na região.

Alguns exemplos citados de maior envolvimento com as questões ambientais, são na cidade de Serro, onde todos os empreendimentos, antes de se instalarem na cidade, passam pela fiscalização do Conselho municipal de Desenvolvimento Ambiental (CODEMA). Esse conselho foi criado no município pela Lei Municipal 2.827/2014, de 16 de Outubro de 2014, funcionando junto a secretaria de obras, sendo

um órgão colegiado, deliberativo e normativo de assessoramento ao Poder Executivo Municipal no âmbito de sua competência sobre as questões ambientais propostas nesta e demais leis correlatas de Serro (PORTAL DA PREFEITURA DE SÊRRO, 2016)⁷.

O nível de participação das associações comunitárias e ONG's na região também tem se evidenciado como responsáveis pelo início das articulações locais. Exemplos como o da comunidade do município de Extrema são citados como demonstração dessas articulações. O P8-GF2 a coloca como uma região unida e destaca que “lá estão sendo feitos projetos, projetos de saneamento básico em parceria com uma ONG que chama Contra Ponto, que é lá do Rio de Janeiro. [...] Está sendo feito lá pra depois expandir para outros distritos”. Entre os destaques da região, identificou-se também as associações de artesanatos do capim dourado das comunidades quilombolas de Raiz e Andréguicé.

O Instituto Espinhaço é outro exemplo organização atuante na região da Serra do Espinhaço, formado em 2003 e formalizado em 2009, ele passou a desenvolver vários projetos nas áreas sociais, econômicas, culturais e ambientais nesse território, através perspectiva socioeconômica (P1-E; P2-E; P3-E; P4-E). Esse Instituto realiza parcerias com outras ONG's, iniciativa privada, poder público e organismos internacionais, afim de fomentar o processo de construção do território através da cooperação social (P2-E).

Infere-se sobre as análises, que em termos sociais, a região da Serra do Espinhaço passou por diversas mudanças, tanto no que diz respeito ao comportamento dos indivíduos dentro do território e tudo que ele possui, quanto na relação com o social, com a solidariedade e o conceito de comunidade. Ao longo dos anos essa região passou por transformações de coesão, onde o pensamento individual e as relações de interesse, passaram a dar espaço a cooperação e o sentimento de bem comum. Foi observado que o grande elo dessa transformação de atitudes é a necessidade de recuperação do ambiente territorial e sua identidade histórica, juntamente com a preservação da água da região.

⁷ Conselho Municipal do Desenvolvimento do Meio Ambiente - CODEMA - criado pela Lei Municipal 2.827/2014 de 16 de Outubro de 2014. **Portal da prefeitura de Serro, 2016.** Disponível em: < <http://www.serro.mg.gov.br/index.php/secretarias/secretaria-de-obras,-transportes-e-urbanismo.html?layout=edit&id=464> > . Acesso em: 13 junho, 2017.

4.2.2 A economia

A economia é o tema que trata da necessidade de consumo da sociedade, através dela pode-se reconhecer quais são os anseios dos consumidores e assim promover produtos e serviços que sejam satisfatórios à esses grupos. Rossetti, caracteriza a economia como aquela que “compete o estudo da ação econômica do homem, envolvendo essencialmente o processo de produção, a geração e a apropriação da renda, o dispêndio e a acumulação” (ROSSETTI, 1997, p. 31). Segundo Drummond (1999, apud. CAMARA, 2013, p. 128) , o olhar voltado apenas para o capital, ao longo dos anos, fez com que muito se perdesse em termos de meio ambiente, onde o processo de desenvolvimento teria sido "amplamente dominado pela crença desenvolvimentista de que quaisquer custos valem a pena para crescer economicamente". Essa perda implicou em uma nova maneira de se pensar a economia, sob uma ótica de economia sustentável.

A boa gestão dos recursos naturais é a base que norteia a minimização desses impactos. Faz-se necessário o reconhecimento do território e suas características para se estabelecer o melhor uso dos recursos não renováveis, visando um equilíbrio entre o alcance dos anseios da comunidade e o estabelecimento de melhores práticas ambientais por meio das atividades econômicas. O estudo da economia dentro da Gestão Integrada do Território é o reconhecimento de como seus processos, com ênfase o processo de produção, se relacionam com a questão ambiental e os impactos econômicos existentes sobre ela.

A Serra do Espinhaço teve seu início marcado por atividades extrativistas como o garimpo, carvoarias, e pela forte presença de atividades agropecuárias de subsistência. Sua geração de renda anterior aos anos de 1980, dependia dessas atividades, destacando o garimpo artesanal. Nessa época, a atividade extrativista artesanal era realizada de forma manual e não apresentava ainda uma produção de grande escala, por se tratar de um trabalho que exigia tempo e empenho para a retirada de minérios. Essas práticas voltadas à subsistência das pessoas que residiam nessa região resultaram no começo da degradação ambiental local encontrada a longo prazo.

Em 1984, com a chegada da eletricidade e melhorias no sistema de captação de água nas cidades, se instalaram no território grandes empresários da área de mineração. Nesse período, houve também o início das atividades de exploração de carvão, devido a queda do setor pecuário. Os moradores viram as carvoarias como alternativa para seu

crescimento financeiro, induzidos por grandes empresários que tentavam comprar terras na região. Quando não conseguiam a compra, firmavam acordos que levavam o proprietário a entrar no ramo (GF2). Esse momento marcou o início do desenvolvimento econômico da região, e como consequência, trouxe o acelerado desmatamento da região.

Os anos de 1990 apresentaram a continuidade dessas atividades em maior escala. A inovação das dragas no garimpo permitiu que as empresas explorassem em maior grau o potencial mineral da região, como pode-se observar pela passagem:

[...] é o garimpo manual, nós começamos [...] ali manual artesanal ali, com a enxadinha “cavucando”, fazendo um buraquinho e ficava meses ali fazendo um buraquinho, ou as vezes tirava um tanto de terra ali mas chegava um cascalhinho assim pra tirar, chegava la um grão de ouro, uma pepitinha de ouro ou diamante. [...] tava muito ruim nós fomos La e inventamos a draga, ai veio a draga, então é bem mais rápido e com isso as terras boas que a gente tinha. [...] O garimpo você joga a primeira terra boa pra água, e depois você tenta tirar o ouro, então na mão ficava ai um ano inteiro pra fazer um buraco desse tamanho assim, um ano uma turma de 20 homens na mão, depois veio a draga e você já fazia 20 vezes mais do que isso em um ano, ai foi aquele estrago (P4-GF1).

Foi possível identificar também a evolução do desmatamento que esse tipo de produção gerou. As práticas de garimpo artesanais não danificavam tanto o solo quanto o uso de máquinas, pois, quando se utiliza desses instrumentos, o solo se torna infértil.

Outra atividade iniciada nessa época foi a extração de areia, realizada também através de maquinários específicos. Essa prática, vista como mais uma alternativa para a ascensão econômica na região, “é uma das atividades humanas que mais contribui para a alteração da superfície terrestre, afetando a área lavrada e os seus arredores, causando impactos negativos sobre a água, o ar, o solo, o subsolo, a flora, a fauna, e a paisagem como um todo” (NOGUEIRA, 2016, p. 12). No início essa extração não era legalizada, mas, atualmente qualquer areal na região precisa ser licenciado objetivando a preservação do ambiente. No Brasil, o registro é realizado pelo regime de licenciamento e disciplinado pela Lei Federal no 6.567, de 24 de setembro de 1978, que ordena sobre a utilização das substâncias minerais da classe (BRASIL, 1978). A extração de areia é um problema na região, pois as práticas ilegais ainda existem e causam desmatamento. Foi identificado que grande parte dessa degradação é proveniente da falta de consciência de

exploração por parte dos pequenos empreendedores, que desenvolvem essa e outras atividades.

Na transição da década de 1990 para os anos 2000, com grande parte da vegetação nativa já desmatada, surge com mais intensidade no cenário econômico, a agropecuária. O município de Congonhas do Norte, diferentemente dos demais que tiveram sua construção através das atividades extrativistas, se fortificou pela pecuária (P8-GF2). Mas essa prática, a partir dos anos 2000, passou a se difundir em toda região, sendo também uma das grandes causas do desmatamento.

Em meados de 2006 surge a atividade de plantação de eucaliptos em grande escala. Esse surgimento se deu devido ao esgotamento do contingente de vegetação nativa nas propriedades causado pela indústria carvoeira. A questão dessa monocultura na região foi fortemente debatida por todos os grupos focais, uma vez que grande parte dos participantes acreditam ser essa a principal causa da falta de água hoje presente na região, tema que será discutido na próxima seção. O plantio de eucalipto no início foi pautado através de interesses econômicos, por atores de alta aquisição econômica da região, principalmente no Município de Presidente Kubistchek (GF3). Porém, posteriormente a esse período, evidencia-se que a prática passou a ser difundida por todas as classes, como pode ser observado pela fala do participante 5 (GF3) quando ele discorre que antigamente as plantações eram feitas por “ [...] um ou outro que tinha mais dinheiro, depois até quem não tinha dinheiro começou a plantar”, o que nesse sentido intensificou o desempenho das práticas econômicas não sustentáveis.

Apesar de atividades como a plantação de eucalipto se intensificarem a partir dos anos 2000, infere-se a partir da análise, que essa data também representa uma transição pensamento dos moradores da região. Após os anos 2000 até a atualidade, apesar de a economia ainda se basear em atividades sem vistas sustentáveis, surge na região outras formas de desenvolvimento econômico, ainda em pequena escala. Essas novas atividades provêm do resgate da cultura e trazem um novo sentido ao desenvolvimento econômico da região, voltando-o para a sustentabilidade.

Esse resgate cultural vem crescendo, como é o caso da confecção de artesanatos através do capim dourado das comunidades Raiz e Andréguicé. A partir de 2009 essas comunidades iniciaram suas atividades com a colaboração do SEBRAE, através de um projeto denominado Flores das Gerais, onde aprenderam técnicas de manejo do capim

dourado, o que assegura hoje sua produção. Iniciativas como essas se mostram importantes para a preservação da cultura do território. Além de serem sustentáveis, beneficiam os moradores da região, que durante anos dependeram de práticas exploratórias como o garimpo. A passagem a seguir reforça essa ideia:

Aqui era o garimpo, melhorou muito depois que o garimpo acabou. Aqui era exploração de diamante. Era, explorava. Aí depois que não pôde, que veio o meio ambiente e pegou, começou olhar mais as coisas, aí o povo começou a cuidar mais da agricultura. Com a agricultura começou a melhorar, aonde surgiu o projeto delas lá na Comunidade, aí melhorou depois disso (P3-GF3).

Assim como a confecção do artesanato, após a queda do garimpo, os moradores passaram a se desenvolver através da agricultura. Uma atividade desse ramo com potencial cultural é a fabricação de queijos artesanais, principalmente no município de Serro. O produto recebe essa denominação em mais 11 municípios, sendo considerado patrimônio material de Minas Gerais, juntamente com o queijo canastra. Apesar de ser um produto importante, sua fabricação durante anos tem sido restrita a região, por questões burocráticas e falta de incentivo aos produtores. Contudo, atualmente o SEBRAE também vem trabalhando em parceria com a associação de produtores de queijos artesanais, oferecendo-lhes cursos de capacitação profissional, como forma de alavancar a produção e o desenvolvimento da região através de atividades econômico-culturais.

Essas atividades vêm ganhando espaço na região, aliadas a consciência da comunidade sobre os impactos que as demais atividades causaram. A perspectiva identificada através dos grupos focais, é que essas práticas se intensifiquem e sejam uma alternativa sustentável capaz de aliar o desenvolvimento econômico à preservação da cultura na região.

4.2.3 O meio ambiente

As questões ambientais são fatores importantes para o estabelecimento da gestão territorial. Atualmente, o Brasil dispõe de um conjunto de leis que regulam o exercício de poder sobre recursos e meio ambiente. O desafio da GIT é conseguir aplicar, no âmbito local, através do resgate cultural, uma conscientização que leve a sociedade a repensar suas práticas como cidadão, empresa, gestor e produtor de seu próprio desenvolvimento.

O meio ambiente é o agrupamento de componentes químicos, biológicos, físicos e sociais que englobam os seres humanos e as atividades que realizam. Em um trecho da Declaração da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente em Estocolmo (1972), no parágrafo 6, fica explícita a importância da preservação desse meio para fim da obtenção de bem-estar social.

Chegamos a um ponto na História em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo, com maior atenção para as consequências ambientais. Através da ignorância ou da indiferença podemos causar danos maciços e irreversíveis ao meio ambiente, do qual nossa vida e bem-estar dependem. Por outro lado, através do maior conhecimento e de ações mais sábias, podemos conquistar uma vida melhor para nós e para a posteridade, com um meio ambiente em sintonia com as necessidades e esperanças humana. Defender e melhorar o meio ambiente para as atuais e futuras gerações se tornou uma meta fundamental para a humanidade (ESTOCOLMO, 1972, parágrafo 6).

Por meio das considerações evidencia-se a importância do conhecimento sobre o desenvolvimento na construção de um território estável. Reforçando essa ideia, uma passagem apresentada no Relatório Brundtland, *“Nosso Futuro Comum”* (1987), complementa que

Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987).

Dessa maneira, por meio de observações sobre a Serra do Espinhaço, foi feita uma retrospectiva da situação ambiental da região, desde seus primeiros povoados até a atualidade. Considerou-se relevante observar a relação socioeconômica com a natureza, e como essas atitudes transformaram o cenário ambiental da região.

Anterior a 1980, o território estudado possuía em sua totalidade uma maior quantidade de água através de nascentes e diversificada vegetação nativa e fauna. Nessa época, havia também uma vasta quantidade de matéria prima natural, como o capim dourado, principal elemento artesanal da região. Como visto no tópico sobre economia, esse diferencial de biodiversidade levou ao início das atividades extrativistas na localidade. Práticas como o desmatamento, desperdício de água e desgaste do solo não eram considerados prejudiciais pela população da época, por serem consideradas por eles atividades de subsistência e não de exploração intensiva.

Já na década de 1980, com o crescimento da intensidade das atividades realizadas na região, inicia-se uma maior degradação por parte do garimpo e das carvoarias que utilizavam a vegetação nativa na fabricação de seus produtos. Como pode ser constatado a partir da seguinte fala:

[...] é pelo que eu vejo da história, o município foi muito degradado pela questão do desmate para a própria carvoeira e depois veio questão do garimpo também, que destruiu a margens dos rios, que foi outro fator que prejudicou nosso meio ambiente (P4-GF2).

Essas atividades afetaram as nascentes diretamente, seja através do desmatamento ou poluição dos leitos dos rios. Nessa década, também começaram a ser implantados os sistemas de captação de água na região, beneficiando os indivíduos que chegavam nos povoados em busca de trabalho. Contudo, os povoados não contavam com sistema de saneamento, o que remete a ideia de que esses povoados cresceram com forte desordenamento territorial.

O período de 1990 foi um período de continuação, com maior intensidade, das atividades realizadas na região. Com a queda das carvoarias, surgiu o plantio de eucalipto, ainda em pequena escala. A carvoaria já havia desmatado grande parte da vegetação nativa da região, sendo o eucalipto a nova alternativa para a fabricação do carvão. Essa queda também fez com que crescesse entre os anos de 1990 - 2000 as atividades agropecuárias na região, onde as áreas antigamente povoadas por matas nativas passaram a ser pastos para criação de animais e solo para plantio.

Após o período de 2000 até os dias atuais, percebe-se a vasta degradação ambiental que os fatores citados causaram ao longo dos anos. A questão que hoje se torna o foco da preocupação ambiental nesse território é a escassez de água. As atividades realizadas ao longo da história fizeram com que várias nascentes secassem. Isso devido ao desmatamento, mal tratamento do solo, poluição dos rios, falta de saneamento básico causado pelo desordenamento territorial e consumo exacerbado da água. Contudo, em termos de conscientização, a população hoje busca alternativas para a mitigação desses problemas. Há o início do reconhecimento de que algo precisa ser feito quanto a preservação do que possuem. Onde também busca-se esforços para restauração do que foi danificado historicamente.

A seguir encontra-se um esboço histórico da região da Serra do Espinhaço, trazendo sinteticamente o que foi discutido nos tópicos anteriores apresentados nesse

capítulo (QUADRO 7). A divisão foi feita entre o período anterior a 1980 e posterior ao ano 2000, retratando os contextos históricos da região divididos entre aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Quadro 7: Histórico do Tripé da Sustentabilidade na Serra do Espinhaço MG

RESGATE HISTÓRICO NA SERRA DO ESPINHAÇO					
	ANTERIOR À 1980	1980	1990	2000	APÓS 2000
SOCIEDADE	Início das relações sociais; A sociedade acreditava na permanência durável de suas riquezas.	Novas comunidades e ocupações profissionais; Individualismo, distanciamento social; Relações de interesses;	Conflito de interesses sobre as atividades realizadas; Falta de conhecimento sobre desgastes ambientais gerados; Crescimento populacional desordenado.	Comunidade passa a sentir os problemas ambientais; Transição da percepção da sociedade quanto seus problemas; Início do resgate cultural.	Conflito de interesses em algumas áreas (eucalipto); Poder público mais atuante (licenciamento ambiental e estruturação dos municípios. Ex: Presidente Kubitschek); Articulações locais (Associações comunitárias e ONG's).
ECONOMIA	Geração de renda através de atividades: extrativistas (garimpo); artesanais; de subsistência (plantio e pecuária).	Instalação de grandes empresários da área de mineração; Início das carvoarias (compra de terras).	Chegada das dragas no garimpo; Início de extração de areia (ilegal); Surgimento da Agropecuária.	Fortalecimento da agropecuária; Início do crescimento de atividades como artesanato e fabricação de queijos.	Plantação de eucalipto cresce em grande escala (2006); Crescem as atividades de artesanato (Flores das Gerais) e produção e fabricação de queijo (Associação de produtores) (2009).
MEIO AMBIENTE	Abundância de água; Grande quantidade de nascentes; Diversificada vegetação nativa e fauna; Grande quantidade de matéria prima natural.	Início da crescente degradação; Utilização de vegetação nativa nas carvoarias; Poluição dos rios devido ao garimpo; Implantação do sistema de captação de água; Falta de saneamento.	Maior intensidade de degradação ambiental; Plantio de eucalipto nas áreas que eram matas nativas.	Escassez de água; Seca de nascentes; Assoreamento do solo.	Conhecimento sobre ordenamento territorial no meio rural; Fiscalização Ambiental (Ex: Conselho municipal de Desenvolvimento Ambiental: Sêrro); Busca pela recuperação ambiental através de iniciativas e parcerias (programas, projetos, empreendimentos).

Fonte: Do Autor (2016).

O quadro apresentado descreve como se constituiu a relação do tripé da sustentabilidade dentro de uma região da Serra do Espinhaço. Esse quadro serve como referência para o reconhecimento de como se deu a gestão desse território, para que posteriormente possa-se elucidar como as características culturais foram o elo de ligação que nortearam a formação desses processos históricos.

4.3 A relação entre a Sustentabilidade e a Cultura dentro da Serra do Espinhaço

A relação encontrada entre o tripé da sustentabilidade e a cultura no contexto histórico da Região da Serra do Espinhaço, evidencia que os costumes, o comportamento e as atividades da população nortearam, desde o início de seu povoamento, o cenário que hoje ela se encontra.

Como modelo, a Gestão Integrada de Território coloca como foco o reconhecimento da cultura local como elemento de transformação territorial. Segundo Luiz Oosterbeek, o conceito de cultura é entendido como

O conjunto de morfologias comportamentais destinadas a identificar e regular as relações que os seres humanos estabelecem entre si, no quadro da adaptação de cada indivíduo, e de cada grupo, ao contexto em que se insere (OOSTERBEEK, 2009, p.28).

Perante isso, o autor defende que a cultura é um elemento importante aliado ao tripé teórico da sustentabilidade, sendo ela e as demais categorias constituídas do mesmo fenômeno, o comportamento humano. Sendo feitas através de uma observação de ângulos distintos. A modernização influenciou o esquecimento do passado, resultando na perda de elementos culturais e de conhecimento futuro. Atualmente concentra-se esforços para a preservação dos Patrimônios Culturais, sendo eles todos os vestígios tangíveis e intangíveis do passado com sua diversidade de interpretações. A intenção atual é a conservação participativa e coletiva de costumes, monumentos, paisagens e conjuntos que possam transmitir conhecimentos e produzir o desenvolvimento local. Cada território possui suas características e especificidades culturais, dessa forma, Oosterbeek (2009, p.31) defende que “é um erro programar as redes culturais a partir de uma mimética formal, que vai replicando em cada espaço uma receita física de eventual sucesso em espaços supostamente semelhantes”.

É evidente a importância do reconhecimento das culturas locais, a fim de que essas tragam contribuições e transformações futuras, seja na sociedade, na economia ou no meio ambiente. A fala de Oosterbeek evidencia essa importância, quando ele diz ser “o território, antes de mais nada, uma teia de relações humanas (relações de produção e troca), ou seja, uma construção cultural concreta” (OOSTERBEEK, 2009, p.30).

Ao relacionar os Patrimônios culturais encontrados na Serra do Espinhaço com os elementos do tripé da sustentabilidade, notou-se que a cultura sempre foi norteadora de toda constituição social, econômica e ambiental da região. Através da retomada histórica da região, evidenciou-se vários fragmentos culturais locais, que nortearam uma série de acontecimentos ao longo dos anos.

Na formação das comunidades, foi constatado que a necessidade de exercer alguma atividade produtiva norteou a exploração local, onde, a construção cultural do local passou a ser criada através de ótica de degradação. Através dessa necessidade

pode-se identificar a inter-relação histórica existente entre os elementos do triple sustentável na região. O histórico apresenta que as atividades econômicas e a formação social na região estão diretamente relacionadas, uma vez que as comunidades se formaram através do trabalho e das relações de interesses, seja do plantio de subsistência, das atividades exploratórias, artesanais ou de produção rural. Todas essas atividades econômicas nortearam a formação e o desenvolvimento das comunidades, e trouxeram consigo, como contrapartida, os danos ao meio ambiente identificados atualmente.

Na exploração como cultura econômico-social, coloca-se como elemento principal o sentimento de individualidade encontrado nas ações dos indivíduos do território através das atividades econômicas desenvolvidas durante o tempo. Citando exemplos como a mineração e a carvoaria, é evidente que durante a realização dessas atividades houve, sobretudo, uma preocupação com a obtenção do crescimento econômico. A falta de conscientização sobre as necessidades das futuras gerações não acarretou em alternativas de minimização dos impactos ecológicos, fazendo com que a região perdesse grande parte da vegetação nativa, e ocorresse seca de um número significativo de nascentes e poluição dos rios. Ao longo dos anos, outras atividades como a agricultura, pecuária e plantação de eucalipto se apoiaram nos rastros de degradação das atividades anteriores como o desmatamento, levando a uma série de novos processos de destruição do ambiente como o assoreamento das terras, o uso de agrotóxicos e a infertilidade do solo.

Todos esses fatores combinados fizeram com que ao passar dos anos o meio ambiente desse sinais de insustentabilidade, colocando como elemento principal a escassez de água na região. Através da identificação desses problemas as comunidades da região percebem a necessidade de repensar suas formas de desenvolvimento, o que caracteriza uma mudança cultural no modo de agir e pensar dos povos. Dessa maneira, surgem novas perspectivas sustentáveis, que além de serem atividades que geram contrapartida econômica também fazem o resgate cultural da região.

Observa-se que a história da região está construída sobre as ações geradas dentro território através das diferentes atividades – economia -, sendo que essas atividades se desenvolveram através das vontades e ações das pessoas – sociedade -, gerando impactos sobre seus elementos e a maneira com que viveram até hoje – ambiente-.

Dessa forma, a cultura nessa relação está presente desde a constituição da exploração no início da formação social, até na reavaliação do pensamento das comunidades quanto os impactos ambientais encontrados hoje.

Desse modo, a cultura é identificada em três estágios nessa relação, como sendo norteadora de diferentes processos dentro do território, sendo eles:

- A cultura na formação do processo de desenvolvimento exploratório;
- A cultura de transição de pensamentos voltados para sustentabilidade;
- A cultura como forma de resgate histórico e desenvolvimento territorial.

Como já mencionado, as duas primeiras categorias se inserem no processo histórico da região, sendo que a segunda está em construção, mas serve como ponte para concretização da terceira. A terceira, por sua vez, vem para descrever como a conscientização dos povos e o resgate cultural são capazes de promover o desenvolvimento através de novas atividades econômicas, onde a Gestão Integrada de Território se insere nesse processo.

4.3.1 A GIT como resgate da cultura territorial

A cultura em GIT busca o resgate da identidade patrimonial do território considerando que através desse gera-se a integralização de todos os conhecimentos, tornando possível reconhecer os desafios, limitações e recursos de uma região. Oosterbeek (2009, p. 29) incorpora ao Patrimônio Cultural “todos os vestígios, materiais e imateriais, do passado, sublinhando a sua diversidade e pluralidade de leituras, e destacando a sua relevância para a construção de múltiplos futuros”. Essa construção parte da definição, segundo o autor, de que os anseios sociais não são meramente materiais, e coloca o patrimônio cultural como fonte de indicação de pertencimento, onde afirma que “gerir o território é gerir pessoas, e cada um de nós só é pessoa se for consciente da sua identidade” Oosterbeek (2009, p.34).

Dentro do território são criadas relações sociais, onde acontece as interações do cotidiano de seus diversos habitantes. Mais do que fronteiras políticas, esses espaços possuem significados e são o resultado das relações pessoais, do que foi produzido, trabalhado, e desempenhado durante o tempo. Segundo Haesbaert (1997),

O território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma

apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva (HAESBAERT (1997, p. 41).

Para entender essa perspectiva é necessário que as pessoas façam uma leitura de sua realidade e do que geram para si e para o ambiente como indivíduo ativo de uma construção social. Callai (2004) afirma que

Compreender a lógica de organização desse espaço, permite que se perceba que as formas de organização são decorrentes de uma lógica que perpassam o individual, seja do ponto de vista da cidade como tal, seja das pessoas que ali vivem. E cada lugar corresponde aos estímulos gerados externamente (globalmente), de acordo com a capacidade de organização das pessoas e dos grupos que ali habitam. Isto tudo permite que cada lugar possua uma identidade, que são as marcas que os caracterizam (CALLAI, 2004, p.06).

Através dessa apropriação de significados territoriais, definiu-se a cultura da região em estudo, como sua característica mais importante. Por meio das análises, foi identificado nas entrevistas e grupos focais elementos que compõe diferentes categorias de patrimônio cultural na Serra do Espinhaço, sendo eles:

Patrimônios materiais: Igrejas e construções históricas das cidades, artesanatos e gastronomia típica, com ênfase aos materiais fabricados a partir do capim dourado e aos queijos curados produzidos na região da serra.

Patrimônios Imateriais: Foram citadas festas típicas, como a do Divino, a de Nossa Senhora de Fátima e a cultura da Mulinha, que são realizadas em determinada época do ano, em distintas regiões que compõe o território.

Patrimônio Vivo: Entre as pessoas que disseminam a tradição e costumes antigos do local, encontramos as comunidades quilombolas e os indivíduos que trabalham com a cultura artesanal, destacando os artesãos do capim dourado das comunidades Raiz e André Guice. Também foram identificados os fabricantes de produtos como o queijo e requeijão do município de Serro. Todos eles influenciaram na formação de parte da história da região.

Patrimônio Natural: Composto por fauna, flora, nascentes, rios, formações rochosas, serras, e toda extensão de seres vivos da localidade.

Esses elementos são características históricas geradas e modificadas através da formação dessa região, podendo ser vistos como geração de desenvolvimento futuro se

trabalhados de maneira sustentável. Para que isso ocorra, o reconhecimento da identidade territorial é fundamental para a valorização, conservação e trabalho desses patrimônios.

É nesse sentido que o resgate dessa identidade foi o ponto de conclusão discutidos nos grupos focais (GF1, GF2, GF3 e GF4) e reforçados no segundo encontro (GF5). Os participantes, quando questionados sobre uma nova proposta para o futuro, levantaram a questão do reconhecimento de seu território cultural como fator chave para a preservação. A fala do P-GF1 evidencia essa afirmação, quando coloca como ganho “a possibilidade de resgatar o passado. Que é a valorização do território, que é ensinar as crianças o valor do território, ensinar as pessoas a gostar de onde vive. [...] A saber quem é, a saber o que aquilo ali representa”.

Constatou-se que um dos grandes entraves apresentados na região é a falta de conhecimento da sua história e patrimônio por grande parte de seus habitantes. O P2-E coloca que o começo da solução é a identificação do problema, principalmente, quando o território tem potencial para ser trabalhado de forma mais coerente. Ele também complementa que é preciso

Fazer com que as pessoas tenham uma afirmação territorial, fazer com que as pessoas se reconheçam neste território.[...] Esta é uma construção a partir delas, e fundamental para que o território tenha perspectiva de mudar, porque se não, o que acontece? O território sendo resultado do que as pessoas são, se elas não mudarem o território continuarão seguindo esse mesmo modelo [...]. Eu poderia te dizer não nós estamos fazendo educação ambiental, estamos fazendo um projeto de resgate cultural, tudo isso é importante, mas nenhuma coisa dessa isolada é solução, a solução é um pacote um pacote chamado: Pacote de transformações e felicidade, porque alguém que não é feliz também não vai cuidar bem do seu território (P2-E).

Através de sua cultura, a região da Serra do Espinhaço apresenta características desenvolvimentistas fortes, porém, ainda convive com o desafio de representatividade, do sentido de pertencimento para valorização e trabalho de suas potencialidades. Apesar de a partir dos anos 2000 ter ocorrido uma transição de pensamento voltada ao sentido de sustentabilidade, evidenciou-se que ainda há muito o que se caminhar em termos de conscientização.

Dessa forma, foram apontados propostas para esse resgate de identidade, por meio de reflexões feitas pelos participantes dos grupos focais, onde destacaram como fundamentais:

- O reconhecimento da identidade territorial individual, de forma que as pessoas passem a se valorizar como criadores de seu ambiente, responsáveis pelo seu passado e pela construção do seu futuro.
- O reconhecimento do sentido de comunidade, de cooperação, de multiplicação dos saberes.
- O uso da educação, principalmente nas escolas, como forte incentivadora criadora de cidadãos mais conscientes desde sua base, que crescem sabendo seu valor como indivíduo em sociedade, e o valor de sua terra e sua cultura.
- A integralização de conhecimentos e cooperação entre as pessoas, através de sindicatos e sociedade organizada, para que diversas necessidades e potencialidades sejam apontadas para soluções conjuntas.

Uma vez que essas propostas possam ser alcançadas, é possível que se trabalhe o desenvolvimento através do patrimônio cultural local encontrado, considerando que esses patrimônios possuem uma grande capacidade de geração de renda para a região.

Ações de retomada nesse sentido já estão sendo realizadas, motivadas por essa transição de perspectivas por parte da população, porém, ainda timidamente. Cita-se, como exemplo, o caso do manejo sustentável do capim dourado para a confecção dos artesanatos, e as associações dos produtores de queijo do Serro, que já se tornaram iniciativas de combate à descrença dos produtores quanto ao rendimento desses produtos. Pode-se caracterizá-los como um primeiro passo de retomada, sendo que essas atividades tem potencial para alavancar a economia e visibilidade do Território. Trabalha-se atualmente com a perspectiva que a produção de queijos e artesanatos sejam um diferencial da região, e que possam dar subsídios para o crescimento econômico e o bem-estar social.

De acordo com a análise dos patrimônios imateriais, as festas típicas eram mais valorizadas no passado, e apesar de ainda acontecerem, nota-se que não há muito envolvimento e interesse por parte da sociedade nos dias atuais. Contudo, esse tipo de costume trabalhado como resgate de identidade de crença regional, pode incentivar e desenvolver as questões turísticas e financeiras dos municípios. Uma vez bem executados, oferecem ganhos financeiros às cidades, bem como a divulgação do potencial de produtos e belezas da região.

Além do interesse sobre os produtos gerados no território, é fundamental o reconhecimento da importância dos saberes primitivos, pois são as pessoas, consideradas como patrimônios vivos, que possuem a capacidade de disseminar as culturas e práticas regionais. Um exemplo na região são as comunidades quilombolas e os agricultores, que são detentores de conhecimentos típicos e responsáveis pela provisão dos produtos gerados na região. Atualmente, parte dessas pessoas encontram-se engajadas em suas fabricações, por meio de associações e projetos que trabalham com incentivos a cultura local. Nesse sentido, é fundamental criar mais ações de coletividade, para que as pessoas que detém esse tipo de conhecimento possam repassá-los, a fim de gerar o crescimento dessa nova atividade econômica. Essa alternativa, além de garantir o bem-estar dos trabalhadores por meio de melhores condições de vida, também traz o sentido de realização pessoal através do reconhecimento do valor do que produzem regionalmente.

Por fim, considerando os patrimônios naturais encontrados, bem mais do que fontes de matérias primas, esses elementos podem ser explorados pela ótica de contemplação, segundo sua riqueza de cenários. A região da Serra do Espinhaço possui uma grande capacidade turística, tendo como alternativa o turismo ecológico, voltado especialmente para a importância da preservação ambiental. Trabalhar esse segmento, faz com que a visitação à pontos ecológicos além de trazerem uma alternativa de lazer para os visitantes seja capaz de fomentar o desenvolvimento do comércio local.

Nota-se a partir dessas potencialidades que todas as alternativas apresentadas, executadas ou com potencial para a execução, partem da necessidade de uma forte rede de cooperação social que inclui o fator econômico como base para o desenvolvimento. Contudo, para que essas ações sejam concretas e se expandam, destaca-se a necessidade do resgate de identidade territorial por parte das pessoas, sejam elas munícipes, integrantes de órgãos públicos ou empresas e todos os segmentos que contemplam a dinâmica social.

Reconhecer a importância como cidadão e se sentir parte do meio onde vive é o primeiro passo para a preservação cultural e desenvolvimento por meio dela. Defende-se que o diálogo é um importante impulsionador desse processo. Ações como o projeto *Plantando o Futuro*, e os encontros “ *Plantando o Futuro com Gestão Integrada de Território: Propostas para o Entendimento Global a partir de Ações Locais, visando os*

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” podem ser reconhecidas como um ponto inicial dessa interlocução.

Como retorno, foi identificado que essas iniciativas foram consideradas pelos participantes da pesquisa como um grande diagnóstico. Por meio do conhecimento adquirido através dos grupos focais, os participantes como pertencentes do território, podem replicar a importância do reconhecimento e preservação territorial, bem como as oportunidades que sua cultura pode proporcionar. A necessidade de multiplicação desse diagnóstico se dá para que cada cidadão possa fazer sua própria reavaliação pessoal, ajudando também na definição dos principais problemas e potencialidades vividos pelas comunidades. Essa elucidação auxilia que ações futuras sejam definidas através da coletividade, trabalhando de forma integrada o desenvolvimento sustentável de seus elementos territoriais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, o tema escolhido vem ao encontro com a necessidade de estudos de novas formas de gestão, que possam vir a contribuir de maneira significativa com o desenvolvimento dos territórios, no caso presente, a Serra do Espinhaço/MG, referenciada pela microrregião de Presidente Kubitscheck. Recente ainda no meio acadêmico, e no cenário brasileiro, a Gestão Integrada de Território é uma alternativa de modelo de gestão que acrescenta ao tripé da sustentabilidade – economia, sociedade, ambiente – o elemento cultura, que vem a ser o seu diferencial. A cultura nesse sentido, é considerada a espinha dorsal para o entendimento do processo de construção da dinâmica social territorial.

Como resultados obtidos pela pesquisa, podemos concluir que a Serra do Espinhaço é um importante cenário de riquezas naturais, reconhecida como Reserva da Biosfera pela UNESCO em 2005. Porém, marcada durante os anos por atividades extrativistas, e uma forte relação de individualismo social e desequilíbrio ambiental. Esse histórico desencadeou o enfraquecimento de seus recursos naturais, principalmente hídricos, levando sua população a repensar novas formas de interação com o meio ambiente. Devido essas circunstâncias, novas propostas surgiram no local, como a implantação do *Projeto Plantando Futuro - Semeando Florestas, Colhendo Águas na Serra do Espinhaço*, que culminou nas intenções de implantação de um projeto piloto de GIT na região.

Por meio da GIT, busca-se desenvolver nesse território o resgate do seu arcabouço histórico de formação, a fim de reconhecer por meio desse, seus problemas, desafios, potencialidades e novas perspectivas para o desenvolvimento local. Esse modelo, além da segmentação socioeconômica, utiliza a cultura como potencial de resgate do que foi gerado durante os anos territorialmente, bem como cria, a partir dessa retomada, novas perspectivas para ações voltadas a sustentabilidade. É válido reafirmar a importância da busca por alternativas como essas, que venham ressaltar o potencial da região através de novas formas de desenvolvimento que preservem sua história e diversidade. Para tanto, atores como a sociedade civil, poder público, associações, universidades, governo Federal, e organizações, em especial na região, o Instituto Espinhaço, tem um papel de atuação conjunta muito importante nesse processo.

Como resposta ao problema de pesquisa, no território da Serra do Espinhaço, constatou-se que a cultura através da GIT foi um importante elemento de resgate das características da região com objetivo a promoção da sustentabilidade. Através dela foi possível reconhecer como se deram as relações econômico sociais durante os anos, e como essas relações trouxeram contrapartidas negativas ao meio ambiente. Visto isso, a cultura foi identificada em três momentos da história da região, sendo: 1- A cultura da formação do processo de desenvolvimento exploratório; 2- A cultura de transição de pensamentos voltados a sustentabilidade; e, 3- A cultura como forma de resgate histórico e desenvolvimento territorial sustentável. A partir desses construtos, foi concluído que, historicamente, principalmente na formação das comunidades, o desenvolvimento na região partiu de práticas sem vistas a sustentabilidade, que geraram os problemas hoje encontrados.

Atualmente, seus habitantes, motivados pela necessidade de enfrentamento dos problemas presentes, estão passando por uma reavaliação sobre os impactos causados pelas atividades passadas, formando uma nova cultura de pensamento que tende ao desenvolvimento. Quanto essa cultura como regate para o desenvolvimento, foi possível identificar os patrimônios locais, e estabelecer propostas como novas formas de se trabalhar esse patrimônio através de uma ótica sustentável, que vem aliar o crescimento socioeconômico local a divulgação e preservação das riquezas que da Serra do Espinhaço.

Para que seja possível o trabalho dessas propostas, identificou-se como limitação a questão do reconhecimento territorial, onde o regate do sentimento de pertencimento é considerado o ponto inicial para essa retomada. O desafio nesse sentido é fazer primeiramente com que todos os atores da dinâmica territorial possam reconhecer, através da cultura, o rico potencial de desenvolvimento de onde estão inseridos, bem como motivar através desse reconhecimento a valorização e preservação de sua história e riqueza. Considera-se assim, ações como o projeto Plantando o Futuro, e os encontros *“Plantando o Futuro com Gestão Integrada de Território: Propostas para o Entendimento Global a partir de Ações Locais, visando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”*, como um importante ponto inicial de diálogo, capazes de promover motivações para futuras interlocuções nas comunidades.

Por intermédio das discussões da pesquisa, conclui-se sobre afirmação, que a Gestão Integrada de Território, em especial o seu elemento cultura, são importantes referencias para a busca do desenvolvimento sustentável na Serra do Espinhaço, visto como um grade potencial de contribuição para essa localidade e seus habitantes.

Por ser a GIT ainda um estudo recente no meio acadêmico brasileiro, recomenda-se como possibilidade de estudos futuros o aprofundamento sobre o tema, destacando a importância de maiores pesquisas na região estudada, objetivando reconhecer outras formas de culturas potenciais ao desenvolvimento contidas na Serra do Espinhaço, que se expandam para além da microrregião pertencente a Presidente Kubitscheck. Vale ressaltar também a grande aceitação dos atores sociais da região presentes nos encontros, o que demonstra a procura por eles de novas proposições que tendam ao desenvolvimento da região. Onde novas pesquisas trarão grande contribuições à retomada sustentável nesse território, bem como serão de grande relevância a composição de estudos acadêmicos na área.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. Â.; MARTINS, C. S.; DOMINGUES, S. A. (Org.), et al. **Primeira Revisão Periódica da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço**. Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, MaB-UNESCO. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. 2015.
- BARBOSA, G. S. O Desafio Do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Visões**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 63–72, 2008.
- BOSI, A; CAPINHA, G. **Dialética da colonização**. 3 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1992.
- BRASIL, IPEA. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília, 2010.
- BRASIL. LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 de agosto de 1981; 160º da Independência e 93º da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm> Acesso em: 09 jul. 2016.
- BRASIL. **Lei nº 6567/1978, de 24 de setembro de 1978**. Dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências. Brasília, 1978.
- BRUNDTLAND, G. H. **Relatório Brundtland: Our Common Future: United Nations**. 1987.
- CALLAI, H. C. O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e pertencimento. In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 7., 2004, Coimbra. **Anais...** Coimbra: Universidade de Coimbra - Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, 2004. p. 02-10.
- CAMARA, J. B. D. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, PR, vol.21, n.46, p.125-146, jun. 2013. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n46/08.pdf>> . Acesso em: 10 jun. 2017.
- CARVALHO, P. Património cultural, ordenamento e desenvolvimento: uma nova visão e valorização do território. In: **Património cultural e paisagístico**. [s.l.] Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. p. 13–37.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano, 1972**. Disponível em: Disponível em: <https://www.apambiente.pt/zdata/Politicadas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf> Acesso em: 25 jun. 2017.
- FAYOL, H. **Administração Industrial e Geral**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

FONSECA, A. F. Q. et al. **Vulnerabilidade socioambiental e de saúde da população dos municípios mineiros aos impactos das mudanças climáticas**. 2017. 244 p. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva - Concentração Epidemiologia) - Fundação Oswaldo Cruz. Centro de Pesquisas René Rachou. Programa de Pós - Graduação em Saúde Coletiva. Belo Horizonte, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2008.

GODARD, Olivier. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. v.500. São Paulo: Cortez, p. 201-265, 1997.

GOMES, A. S.; PALMA, J. J. C.; SILVA, C. G. Causas e conseqüências do impacto ambiental da exploração dos recursos minerais marinhos. **Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro**, v. 18, n. 3, p. 447-454, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbg/v18n3/a16v18n3.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

GONÇALVES, T. M.; MENDONÇA, F. A. Impactos, riscos e vulnerabilidade socioambientais da produção do carvão em Criciúma/SC. **Revista RAEGA – O espaço geográfico em análise. Curitiba, PR**, vol.14, n. 14, p. 55-65, 2007. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/8276>> . Acesso em: 18 mar. 2017.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: Ed. Universidade Federal Fluminense , 1997.

IMAGINOSFERA. **A Serra do Espinhaço**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em:<<http://www.biodiversitas.org.br/rbse/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

INSTITUTO ESPINHAÇO. **Relatório de Atividades 2013/2014**. Conceição do Mato Dentro, MG, 2015.

ISENMANN, R.; BEY, C.; WELTER, M. Online reporting for sustainability issues. **Business Strategy and the Environment**, v. 16, p. 487-501, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1002/bse.597> .Acesso em: 22 ago.2016.

JACOBI, P. R. Meio Ambiente e Sustentabilidade. In: **O Município No Século XXI: Cenários E Perspectivas**. São Paulo: CEPAM (Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal), 1999. p. 175-183.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do Saber: Manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Ed. UFMG, 1999.

LORETZEN.E. Apresentação – A sustentabilidade na era do risorgimento. In: Inguelore Scheunemann e Luiz Oosterbeek (orgs.). **Um novo paradigma da sustentabilidade: Teoria e práxis da Gestão Integrada do Território**. Rio de Janeiro: IBIO, 2012. p. 20-23.

MALHEIROS, T. F.; PHILIPPI, JR. A.; COUTINHO, S. M.V. Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, vol. 17, n. 1, São Paulo, jan./mar. 2008.

MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre o princípio da população**. 1. ed; São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**, 1.Ed. São Paulo, 1983.

MELLO, F; TONI, A. Sustentabilidade do Desenvolvimento no Brasil pós-Rio+20. São Paulo: **Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil**, 2013. 26 p.

MORGAN, D. **Focus group as qualitative research**. Qualitative Research Methods Series. 16 ed. London: Sage Publications. 1997

MOTTA, H. A. do; NUNES, M. A. C. da. **GIT.Gestão Integrada do território na região CONORTE**: Implementação do projeto “Espírito Santo sem lixo”. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, Santa Maria, v.19, n.3, p. 181-193, 2015.

NOGUEIRA, G. R. F. **A Extração De Areia Em Cursos D’água E Seus Impactos: Proposição De Uma Matriz De Interação**. 2016. 74 p. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

OLIVEIRA, L. D. de. A Conferência do Rio de Janeiro – 1992 (Eco-92): Reflexões sobre a Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável. In:**Encontro Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Ambiente E Sociedade – Anppas, VI.**, 2012, Belém, PA. Disponível em:<<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT15-170-31-20120626115525.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

OOSTERBEEK. L. Direito ambiental ou direito ao ambiente? Uma perspectiva de gestão integrada do território. In: Faculdade de Direito de Lisboa. **RIDB: Revista do Instituto do Direito Brasileiro**. Ano 2. ed. Lisboa, Portugal: Universidade de Lisboa, 2013. nº 12, p. 14025-14037.

OOSTERBEEK. L. Do patrimônio ao território: um novo contexto para a arqueologia. In: **CEIPHAR - Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo. Iº Congresso de Arqueologia Do Alto Ribatejo**: Homenagem a José da Silva Gomes. 34. ed. Tomar, Portugal: ARKEOS, 2013. p. 23-32.

OOSTERBEEK. L. **Nosso futuro comum...25 anos depois**: Dez questões da ansiedade para a práxis da gestão do território. In: Ingelore Scheunemann e Luiz Oosterbeek (orgs.). Um novo paradigma da sustentabilidade: Teoria e práxis da Gestão Integrada do Território. Rio de Janeiro: IBIO, 2012. p. 27-44

OOSTERBEEK L. Ordenamento Cultural de um Território. In: Portugal J.; Susana Marques (coord). **Gestão cultural do território**. 1 ed. Porto:SETEPÉS, 2007. p. 28-38.

PEREIRA, E. O.; GONTIJO, B. M.; ABREU, L. G. A. C. de. As ecorregiões da reserva da biosfera da serra do espinhaço: Elementos para o fortalecimento da conservação da biodiversidade. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, vol. 25, n. 43, p. 18-33, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/7045/7595>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

PEREIRO, X. “Patrimônio cultural: o casamento entre patrimônio e cultura”. In: ADRA n.º 2. **Revista dos sócios do Museu do Povo Galego**, pp. 23-41, 2006.

PORTO, M. F. S.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. In: **Ciência e saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 1983-1994, 2009.

RELATÓRIO RIO+20. **Relatório Rio + 20: o modelo brasileiro: relatório de sustentabilidade da organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável / Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável**. Organizador: José Solla. — Brasília : FUNAG, 2012.

ROSSETTI, J. P. **Introdução a Economia**. 17ª edição. São Paulo: Ed. Atlas, 1997.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SCHEUNEMANN, I. **Práxis, certificação e novos cenários da Gestão Integrada do Território**. In: Ingelore Scheunemann e Luiz Oosterbeek (orgs.). Um novo paradigma da sustentabilidade: Teoria e práxis da Gestão Integrada do Território. Rio de Janeiro: IBIO, 2012. p. 47- 59

SILVA, M. K. **Uma introdução à história oral**. 9 ed. Porto Alegre : Cadernos de Sociologia, UFRGS, 1998.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. 1º edição. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2006.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983

SOUZA, J. F. V. de; DELPUPO, M. V. O Brasil no contexto do desenvolvimento sustentável. In: **XXII Nacional Conpedi/Uninove - Direito Ambiental II**. 1., 2013, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: Funjab, 2013, v. XXII, p. 159-189.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC, 2009.